



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA, ÁREA COMÉRCIO EXTERIOR E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUSTAVO DE ANDRADE ROCHA

**UNIDADES SUBNACIONAIS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
O CASO DO RECIFÉ**

Recife, 2012

GUSTAVO DE ANDRADE ROCHA

UNIDADES SUBNACIONAIS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
O CASO DO RECIFE

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Barrantes Hidalgo

Recife, 2012

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

R672u Rocha, Gustavo de Andrade
Unidades subnacionais e cooperação internacional: o caso do Recife / Gustavo de Andrade Rocha. - Recife : O Autor, 2012.
95 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Recife. 2. Cidades. 3. Atores subnacionais. 4. Relações internacionais federativas. 5. Paradiplomacia. I. Hidalgo, Álvaro Barrantes (Orientador). II. Título.

337 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2012 – 027)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE:

GUSTAVO DE ANDRADE ROCHA

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o Candidato Gustavo de Andrade Rocha **APROVADO**.

Recife, 10/03/2012

Prof. Dr. Abiara Berrantes Hidalgo
Orientador

Prof. Dr. Olímpio José de Arruda Galvão
Examinador Interno

Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro
Examinador Externo/UNICAP

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho às duas pessoas que foram fundamentais para minha formação como pessoa, como estudante e como cidadão, que me deram seus ensinamentos mais preciosos sobre a vida, sobre a educação e sobre responsabilidade, meu Pai, Sylvio Lima da Rocha Filho e minha Mãe, Virgínia de Andrade Rocha. Ambos são, no fundo, co-autores de tudo que escrevo, através do exemplo, das palavras e do senso de ética transmitidos a mim ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais que possibilitaram ter a estabilidade emocional necessária para estudar. Agradeço também pela compreensão, quando precisei estar ausente de momentos importantes em nome do estudo e dos prazos.

Também sou grato a Iris Cristine Ferreira Barbosa, minha amiga, companheira, cúmplice, namorada, pela paciência, carinho, dedicação e por ter me ensinado a saber quando descansar. Pelo incentivo constante, mesmo quando o trabalho parecia tomar todas minhas energias.

Ao meu tio e padrinho, Antônio Renato Rocha, por todo apoio dado até hoje, sem nunca ter deixado de ser solícito às minhas necessidades em relação ao estudo.

Aos colegas de Mestrado, em especial aos amigos, Rodrigo Pantoja, Bruno Menelau, Dênio Paixão, Flávio Lima, Marcus Vinicius Nery e Walter Rodrigues pelo conhecimento compartilhado, pelo apoio nas horas de aperto, pelas grandes contribuições à minha formação, dadas de forma realmente despreziosa e não menos importante, pelos raros momentos de descontração em meio a muitos outros de seriedade.

Ao professor Olímpio Galvão, pelos seus conselhos e idéias, pela inspiração e exemplo. Ao professor Álvaro Barrantes Hidalgo por todo seu apoio, orientação e pela compreensão em relação às minhas dificuldades. Um agradecimento muito especial ao professor Roberto Medeiros, que desde os tempos de graduação, foi o maior exemplo que tive dentro da academia, pelos ensinamentos que sempre me serão caros e pelas palavras que me fizeram não desistir nas horas de dificuldades.

Sou grato também à equipe da Coordenadoria de Relações Internacionais, da qual faço parte, pela compreensão diária e pela contribuição, tanto através de conversas, quanto de indicação de publicações, livros, sugestões de fontes, em especial a Roberto Trevas, um verdadeiro “paradiplomata”, responsável pela coordenação de toda a atividade internacional desta cidade.

Agradeço às equipes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Turismo, ambas da Prefeitura do Recife, pela atenção e contribuição. À equipe da administração do Porto Digital, ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) pela importante publicação que possibilitou uma série de análises, à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia, do Governo do Estado de Pernambuco e ao pessoal do Departamento de Estudos Estatísticos da Empetur pelas publicações e materiais enviados atenciosamente ao meu pedido.

Por fim, sou grato a todos que formam a comunidade acadêmica da Escola Superior de Marketing/FAMA, pela oportunidade de ter o prazer de ensinar, atividade que me deu ainda mais motivação para concluir esse trabalho e para pôr em prática os conhecimentos obtidos nas minhas intermináveis sessões de estudo.

“Saber exatamente qual a parte do futuro que pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom governo”.

Victor Hugo

RESUMO

O presente trabalho investiga as Relações Internacionais da cidade do Recife sob a ótica da Economia e dos estudos políticos internacionais, com o objetivo de posicionar, dentro do estudo das Relações Internacionais Subnacionais, a atuação do executivo municipal. A atuação dos Atores Subnacionais é objeto recente de estudo nas Relações Internacionais, apesar do importante papel que as cidades-estado tiveram na construção dos atuais conceitos de Diplomacia e de Direito Internacional. Apenas nas últimas duas décadas a atuação desses Entes no cenário internacional ganhou uma maior atenção dos estudiosos. Apesar da inexistência de um paradigma específico para a sua atuação, isso não se mostrou um impedimento. Nesse contexto, buscou-se estabelecer o cenário econômico na qual a Cidade do Recife está imersa, a fim de contextualizar as necessidades de manter uma política municipal de Relações Internacionais, sob a justificativa de buscar um melhor aproveitamento das situações impostas pelo cenário macroeconômico. Também foi observada a atuação de outros atores subnacionais, no Brasil e no exterior, com o objetivo de estabelecer alguns parâmetros de abrangência, autonomia e de legitimação da atuação internacional em nível municipal. Em síntese, esse trabalho buscou analisar as Relações Internacionais do Recife e sua relevância para promover um maior bem estar para os seus cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Recife; Cidades; Atores Subnacionais; Relações Internacionais Federativas; Paradiplomacia

ABSTRACT

This study investigates the international relations of the City of Recife from the perspective of economic and international political studies with the objective of positioning within the International Relations Sub-national study of the role of the municipal executive. The role of sub-national actors is the subject of recent studies in international relations, despite the important role that the city-state had to build the current concepts of Diplomacy and International Law. Only in the last two decades the performance of these scholars in the international arena gained more attention from scholars. Despite the absence of a specific paradigm for its action, it was not an impediment. In this sense, we sought to establish the economic outlook in which the city of Recife is immersed, in order to place in context the needs to maintain a municipal policy of International Relations, on the grounds to seek a better use of the conditions imposed by the macroeconomic scenario. It was also observed the involvement of other subnational actors in Brazil and abroad in order to establish some parameters of scope, autonomy and legitimacy of international operations at the municipal level. In summary, this study aimed to analyze the international relations of Recife and its relevance to promoting a greater welfare for its citizens.

KEYWORDS: Recife; Cities; Subnational Actors; Federative International Relations; Paradiplomacy

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - PARALELO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DE RECIFE, SEU PIB E SUA POPULAÇÃO	51
QUADRO 2 - 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR PIB PER CAPITA DE PERNAMBUCO	56
QUADRO 3 – RANKING DE COMPETITIVIDADE COM ÊNFASE NO NORDESTE.....	68
TABELA 1 - PRINCIPAIS SETORES DAS EXPORTAÇÕES DE PERNAMBUCO.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - MOTIVO DA VIAGEM DOS TURISTAS AO RECIFE.....	50
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PIB REAL DO MUNICÍPIO DE RECIFE – 1999/2007.....	53
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO PIB REAL DO RECIFE/RMR/PERNAMBUCO - 1999/2007	54
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO RECIFE NO PIB DA REGIÃO METROPOLITANA E DO ESTADO DE PERNAMBUCO - 1999/2007	55
GRÁFICO 5 - TAXA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RECIFE E OUTROS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 2003/2007	55
GRÁFICO 6 – ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DO RECIFE – 2004/2008	57
GRÁFICO 7 - CONTRIBUIÇÃO ESTIMADA DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA RMR NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL METROPOLITANA – 2006.....	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1. ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	23
2.2. NOVOS ATORES INTERNACIONAIS	25
2.3. TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	27
2.4. TEORIA DO FLUXO DE INVESTIMENTOS	31
2.5. PROBLEMÁTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUBESTATAIS	32
3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RECIFE	37
3.1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RECIFE	37
3.2. CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO RECIFE	40
3.3. INICIATIVAS DE OUTRAS UNIDADES SUBNACIONAIS	58
3.4. O CRESCIMENTO DA CIDADE DO RECIFE	62
3.5. VANTAGENS COMPETITIVAS DO RECIFE	66
4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE UNIDADES SUBNACIONAIS: A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL	72
4.1. ATORES SUBNACIONAIS PELO MUNDO	72
4.2. REGIÕES AUTÔNOMAS EUROPEIAS	75
4.3. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA NA CHINA	83
4.4. CONCLUSÕES SOBRE A OBSERVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL	86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1. INTRODUÇÃO

O estudo das Relações Internacionais (RI) se concentrou majoritariamente na análise do cenário internacional, tendo o Estado-nação como seu principal ator¹. Só recentemente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, e mais firmemente após o fim da Guerra Fria, foram assimilados às análises a participação de outros atores internacionais, os Organismos Intergovernamentais, as Organizações Não Governamentais de Alcance Transnacional e as Empresas Transnacionais². Ainda assim, esses outros atores permaneceram como coadjuvantes em relação à relevância e à atuação³.

Entretanto, apesar desse avanço na inserção de novos atores internacionais, as cidades-estado clássicas, medievais e renascentistas, que tiveram um papel fundamental na formação do conceito de Diplomacia, foram esquecidas pelos estudiosos do cenário internacional, sendo tratadas apenas como uma particularidade do passado e utilizadas para explicar as origens das relações diplomáticas. Só posteriormente, o fenômeno da cooperação internacional descentralizada trouxe “a cidade” novamente ao debate das Relações Internacionais, agora como ente sub-estatal, participando de forma ativa do ambiente externo⁴.

Apesar de críticas quanto a sua legitimidade jurídica e viabilidade política, esses atores tem se lançado ao diálogo internacional de forma contundente e aparentemente definitiva⁵.

¹ GRANATO, 2010

² SEITENFUS, 2008

³ CASTELLS, 1999

⁴ MELLO, 1999

⁵ VIGEVANI, 2006

Dentro desse emaranhado, esse trabalho buscou atender a necessidade de compreender a participação desses novos atores internacionais governamentais subnacionais. Como a temática da atuação desses entes ainda é nova, esse trabalho vem para preencher alguns poucos espaços dessa enorme lacuna que é a cooperação internacional descentralizada.

Tratando especificamente do Recife, o trabalho desenvolveu-se aliando os conhecimentos de Relações Internacionais e Economia, com o objetivo claro de compreender a atuação de um ator subnacional, ou seja, de um ente da Federação, enquanto partícipe do ambiente internacional e também lócus econômico, aglomerado produtivo, que interage com os atores externos, sob a coordenação de um governo local (que objetiva politicamente direcionar esse conjunto de vetores a um alvo consensual denominado “desenvolvimento econômico”)⁶.

Para tanto, esse estudo esteve baseado em estudos técnicos elaborados em cooperação dos níveis federal e municipal, como os estudos elaborados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, em que a economia do município é esmiuçada em maiores detalhes.

Assim, partindo da idéia de que o território se organiza pela junção de esforços de investimentos públicos estruturadores e do arbítrio empresarial (que busca maior eficiência produtiva), entendemos que é papel dos diferentes níveis de governo interferir na rota econômica traçada localmente com o objetivo de maximizar o desenvolvimento econômico, no caso, do Recife⁷.

A atuação dos atores sub-estatais vem crescendo e ganhando importância no cenário internacional. Apesar de novo, e ainda pouco explorado pela Academia, esse assunto já é matéria de discussões jurídicas dentro e fora do âmbito dos

⁶ CGEE, 2011

⁷ Ibidem

Estados-nação⁸. Sua atuação, que não se prende apenas ao campo da troca de experiências, vem trazer legitimidade às discussões da agenda internacional, na medida em que esses atores são os representantes estatais mais próximos à população. Como narrou Rodrigues em seu texto “*Política externa federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros*” o próprio então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim disse que “o homem não vive nas Nações Unidas, o homem vive no município, mas é essa interação entre o local e o global que nos faz, verdadeiramente, avançar”⁹.

Nesse contexto, conhecer a atuação internacional das unidades subnacionais torna-se importante para compreender as razões que levaram essas unidades a formarem um aparato institucional voltado para cooperação internacional. Também para compreender os motivos pelos quais esses atores se lançarem ao cenário internacional em busca de parcerias e espaço em organismos internacionais específicos para atores infra-estatais.

O Recife é um município com atuação internacional relevante, que já vem completando cerca de onze anos com um aparelho de atuação internacional. Uma política de RI já trouxe vários acordos, várias experiências internacionais para o município. Desde que foi criada, a Coordenadoria de Relações Internacionais vem buscando aumentar a relevância da Cooperação Internacional nas ações da Prefeitura.

Sob o ponto de vista econômico, o município também vem ganhando importância na função de promover o desenvolvimento econômico em sua “jurisdição”. A atuação internacional, através da cooperação, da troca de

⁸ VIGEVANI, 2006.

⁹ AMORIM Apud RODRIGUES, 2008.

experiências e de acordos tem como um dos objetivos promover melhores condições de competitividade e de vida.

Dentro do contexto onde Pernambuco está recebendo um grande volume de investimentos externos, e Recife está sendo puxado, até o momento, a reboque, torna-se imperativo que a administração municipal encontre formas de maximizar o aproveitamento das oportunidades que estão sendo expostas pelos investidores. Apesar de a cidade estar numa situação de conforto, especialmente tendo em vista a crise mundial que se desenrola, o governo municipal não pode ficar parado e deixar a chance de mudar para melhor a realidade econômica e social em que nos encontramos.

Para tanto, ao ler esse trabalho é necessário ter em mente uma espécie de matriz baseada em duas variáveis, Competitividade e “Habitabilidade”, que podem ser mantidas ou alteradas no Recife nos próximos anos¹⁰.

Assim, pretende-se neste trabalho expor o cenário das Relações Internacionais, políticas e econômicas do município, discutir as questões mais fundamentais para o direcionamento dessa iniciativa enquanto política municipal e propor alguns possíveis vetores de ação com base nos objetivos e cenário existente.

É importante frisar que esse trabalho não teve a pretensão de analisar todo o tema da paradiplomacia do Recife. Nem tão pouco exauriu todas as possibilidades abordadas. Especialmente devido à ausência de literatura e dados sobre os municípios. A pretensão que deve ficar clara nesse texto introdutório é a intenção de participar da construção de uma bibliografia, de uma linha de estudo sobre o papel municipal para a construção de condições macroeconômicas, macropolíticas, mesmo sabendo que o papel tradicional de atuação municipal seja microeconômico

¹⁰ Por serem alguma das razões para a viabilidade da cidade.

e micropolítico. Não está implícita aqui a mudança do papel fundamental ou mesmo constitucional do ente do pacto federativo denominado município, mas está sim implícita a mudança de sua atuação para atuar cooperativamente com outros níveis da federação, com o intuito estratégico de promover condições para o desenvolvimento sócio-econômico almejado e normalmente promovido irregularmente (e geralmente de forma centralizada criando desigualdades regionais tanto em nível nacional quanto estadual) pelos níveis superiores do pacto federativo.

Para esse objetivo, se torna necessário atuar em frentes diversas da política municipal, políticas culturais, educacionais, de planejamento urbano, de relações institucionais, e entre outros e conjuntamente com todos os outros, das relações internacionais. Assim sendo um instrumento utilizado pelos demais departamentos do governo municipal, a paradiplomacia¹¹ deverá atuar em conjunto com os instrumentos específicos, visando a maximizar seu potencial. Por isso, torna-se necessário passear pelas políticas públicas de alguns setores, especialmente dentro da vertente econômica e com impacto social, para obter, assim, uma idéia clara do que a cooperação internacional pode acrescentar nesse objetivo de promover o desenvolvimento sócio-econômico do município.

Objetivando atender as diretrizes expostas acima, serão abordados os pontos relativos primeiramente com objetivo de dar fundamentos à análise, serão utilizadas a teoria das relações internacionais, teoria econômica (teoria do comércio internacional e teoria do fluxo de investimentos) e as vantagens competitivas do município do Recife, para realizar a contextualização das teorias na aplicação de políticas municipais.

¹¹ Tendo como referência o texto de RODRIGUES, 2008 entende-se por Paradiplomacia o conjunto de fenômenos das relações internacionais exercidos por parcelas de Estados, não restritos aos Estados Federais.

Os objetivos gerais desse trabalho foram: Compreender as iniciativas de cooperação internacional por parte dos entes subnacionais, em especial no Brasil, uma federação trina; Contextualizar a questão das Relações Internacionais à realidade do Recife. Em complemento, os objetivos específicos foram: Analisar a organização internacional constituída por entes subnacionais, especificamente municípios como forma de cooperação internacional descentralizada multilateral; Comparar os casos do Recife com de municípios com atuação internacional no Brasil e no Mundo com o objetivo de prestar contribuição ao estudo das Relações Internacionais e do comportamento de atores subnacionais no cenário internacional; Condensar informações a respeito da constituição econômica do município e assim subsidiar uma análise das potencialidades municipais; e Propor políticas de Relações Internacionais a serem aplicadas no Município.

A importância do Recife para a economia de Pernambuco e do Nordeste já é sentida, apenas pela amplitude das relações comerciais que utilizam o porto da cidade como centro distribuidor e comercializador de mercadorias. Os dados econômicos da cidade só confirmam essa percepção. Em adição a isso, a posição geográfica também se coloca como fator de confirmação e de perspectiva de continuidade dessa tendência. Como foi abordado no histórico do Recife, temos indicações de que há uma espécie de vocação da cidade para o intercâmbio comercial, de investimentos e mesmo cultural. Mesmo com o “boom” do complexo industrial e portuário de Suape¹², no município de Ipojuca a Capital e seu porto¹³ mantém sua importância, se adaptando às circunstâncias econômicas do contexto que está inserido e se beneficiando do crescimento experimentado pela Região Metropolitana (da qual é o centro) nos últimos anos.

¹² O nome do porto vem da praia homônima, localizada no município vizinho do Cabo de Santo Agostinho

¹³ Batizado com o nome da cidade, Porto do Recife

Aqui não ainda foi feita uma análise de como a cidade deverá aproveitar as oportunidades, mas sim, do porquê é importante que Recife aproveite essas circunstâncias em benefício do próprio estado.

A capital pernambucana concentra a maior parcela populacional de Pernambuco. É o centro da Região Metropolitana do Recife, um dos maiores centros urbanos de todo o Nordeste. Esses aspectos demográficos indicam duas abordagens importantes para o governo estadual. Primeiro, a importância de investimentos na cidade, para promover o desenvolvimento de uma grande parcela da população. Em segundo lugar, de forma complementar, a necessidade de que haja investimento em outras regiões do estado, de forma a evitar um aumento na concentração de investimentos na Região Metropolitana, e como consequência, a retomada de um fluxo migratório vindos de regiões menos desenvolvidas. Obviamente, esse segundo indicativo é de preocupação de Pernambuco, haja vista que está fora das atribuições do município, porém no longo prazo, uma descentralização bem direcionada, irá contribuir para um maior desenvolvimento do município, sem que isso seja necessariamente atribuído a um crescimento absoluto associado ao aumento demográfico da cidade e de sua respectiva região metropolitana.

Além do aspecto demográfico, o município tem relevância quanto a sua participação na produção do estado. Analisando o Valor Adicionado Bruto (VAB) do município do Recife¹⁴ no ano de 2008, vemos que 82,53% do PIB municipal é atribuído ao setor terciário, 17,42% ao setor secundário e apenas 0,5% ao setor primário. Apesar da baixa participação do setor industrial na economia do município,

¹⁴ CGEE, 2011

esses 17,42% representam cerca de 50%¹⁵ da produção industrial de Pernambuco. Vemos, então, que é a capital pernambucana mais importante para o comércio e para a prestação de serviços, mas ainda se coloca como o pólo industrial mais desenvolvido do estado. Pode-se observar pelos dados de crescimento de Suape que o setor industrial do Recife vem perdendo peso relativo, mas sua importância não pode ser desprezada em nenhuma análise e tomada de decisão.

Outra razão para a importância do Recife para a economia do estado é a concentração de malha rodoviária existente. Mesmo que o principal porto estadual seja no município de Ipojuca, a malha viária do Recife é fundamental para a distribuição logística para outros núcleos produtivos do Estado. Do Recife partem as principais vias para o interior do estado, passa a principal rodovia que liga os litorais norte e sul do estado, além de ser ponto de convergência entre todos os pólos citados.

Com tudo isso em vista foram elaborados os seguintes capítulos: Referencial Teórico, Relações Internacionais do Recife e Relações Internacionais Subnacionais: a experiência internacional. Além desta introdução e de um capítulo para as considerações finais. Para melhor atender aos conteúdos abordados, o referencial teórico foi subdividido em 5 subseções, a saber: O Estudo das Relações Internacionais; Novos Atores Internacionais; Teoria do Comércio internacional; Teoria do Fluxo de Investimentos; e Problemática das Relações Internacionais Subnacionais. Por sua vez, o capítulo “As Relações Internacionais do Recife”, também subdividido em 5 seções, possui as seguintes partes: Histórico das Relações Internacionais do Recife; Características das Relações Econômicas Internacionais de Recife; Iniciativas de Outras Unidades Subnacionais; O

¹⁵ Ibidem

Crescimento da Cidade do Recife; e Vantagens Competitivas de Recife. Por fim, o capítulo “Relações Internacionais Subnacionais: A Experiência Internacional” é subdividida em quatro capítulos: Atores Subnacionais Pelo Mundo; Regiões Autônomas Européias; Autonomia Administrativa na China; e Conclusões sobre a Observação da Experiência Externa de Unidades Subnacionais nas Relações Internacionais.

Com esses capítulos esperou-se tratar sobre o assunto de maneira a dar um panorama abrangente da questão das Relações Internacionais Subnacionais e da participação do Recife no cenário internacional. Obviamente, como o assunto em questão é novo, este trabalho não tem esse propósito de abordar toda a temática em questão, portanto, o assunto não foi exaurido. Pelo contrário, espera-se, ao apresentar esse trabalho, contribuir com o estudo das Relações Internacionais Federativas, no intuito de que esse fenômeno se desenvolva e seja compreendido na mesma medida, para que os atores subnacionais aproveitem o máximo de que sua atuação internacional pode lhe beneficiar, com o objetivo de melhorar as condições de vida de suas populações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais vem sendo estudada ao longo do tempo, desde a antiguidade, ganhando fôlego com a chamada Paz de *Westphália*, passando pelo período entre as guerras, pela guerra fria e chegando à atual Ordem Mundial e ao longo desse tempo diferentes correntes paradigmáticas dominaram as mentes dos estudiosos desse campo¹⁶.

Talvez a única coisa que ao longo do tempo não tenha sido alterada é o papel protagonista do Estado. Para tanto, mesmo havendo um histórico milenar de relações bélicas, diplomáticas e comerciais entre os povos, impérios e cidades-estados, as chamadas Relações Internacionais só começaram realmente a existir enquanto área de estudo a partir da concepção do Estado Moderno, após o fim da guerra dos cem anos, quando os conjuntos de povo, território e governo dotados de soberania passaram a ser os únicos capazes de firmar acordos e tratados internacionais¹⁷.

Partindo dessa concepção de Estado Moderno, conceito que depois evoluiu para Estado-nação, as Relações Internacionais passaram a ser pensadas sob a ótica da soberania e, portanto, não poderiam ser exercidas por nenhum outro tipo de organização¹⁸.

Após a I Guerra Mundial, devido ao temor de um novo confronto armado em escala global, os estudiosos se viam com a responsabilidade de buscar uma solução para as tensões entre os Estados. Impulsionados por essa razão, o Idealismo foi a

¹⁶ GRANATO, 2010

¹⁷ VIGEVANI, 2006

¹⁸ SARFATI, 2005

primeira corrente paradigmática predominante nos estudos das Relações Internacionais, que posteriormente se transformou no Liberalismo Estruturalista, baseava-se nas idéias da Paz Perpétua de Kant. Via na criação de um ordenamento jurídico internacional a forma de por fim aos conflitos entre países. Assim, foi constituída a Liga das Nações e algumas práticas, como a diplomacia secreta, passaram a ser mal vistas¹⁹.

Com a II Guerra Mundial, esse paradigma perdeu força, deixando um vazio teórico que após o fim do conflito passou a ser ocupado pelo Realismo. Essa corrente, baseada em princípios filosóficos de Maquiavel, Hobbes e Rousseau trouxe o Estado para um patamar ainda mais protagonista que seu antecessor²⁰. Com essa corrente de pensamento, a soberania, a segurança internacional passaram a dominar a agenda internacional, deixando espaço apenas secundário para temas econômicos e sociais. Esses temas, secundários, muitas vezes eram usados de forma política pelas potências²¹.

Nesse momento, as Relações Internacionais seriam exclusivamente relações entre Estados, tendo os Organismos Internacionais papel apenas de cenário e fórum de negociações. O direito internacional passou a ser visto como submisso aos interesses estratégicos dos Estados.

Num cenário de dualidade entre duas concepções ideológicas completamente opostas, esse paradigma ganhou força, uma vez que a iminência de uma guerra dava aos Estados legitimidade para limitar ou impedir toda e qualquer ação de outros atores.

¹⁹ GRANATO, 2010

²⁰ SARFATI, 2005

²¹ GRANATO, 2010

Com a queda do bloco soviético, que se opunha ao poderio econômico e militar dos Estados Unidos, líder do bloco capitalista, não surgiu um novo país que se colocasse como opositor à hegemonia norte-americana. Somente num período mais recente, o Japão, a União Européia e num fenômeno contemporâneo, a China continental, tem se colocado como contra-ponto econômico no mundo. Esse cenário, onde há apenas uma Superpotência (os Estados Unidos da América) e não há ameaças de guerras mundiais, é propício para a discussão de temas de *Low Politics*²².

Nesse novo cenário, surgiu espaço também para que novos atores ganhassem espaço na agenda internacional, ocupando papéis antes destinados exclusivamente aos Estados.

2.2. NOVOS ATORES INTERNACIONAIS

Desafiando o conceito inicial das relações internacionais, entidades privadas começaram a agir ultrapassando as fronteiras, causando até um certo constrangimento quando ainda eram considerados um fenômeno novo. Organismos Não Governamentais (ONG), Empresas Multinacionais, desafiavam o monopólio do Estado nas questões internacionais, quando ao se internacionalizar, fugiam da alçada de um só ordenamento jurídico. A Cruz Vermelha e a General Motors são exemplos de grande destaque desse fenômeno. O primeiro, chegando a ter reconhecimento jurídico para firmar acordos com Estados. A General Motors por sua vez, possui uma produção superior ao PIB de vários países²³.

²² O termo em português, em tradução livre “Baixa Política”, ou Política de Baixa Densidade (conceito de Ricardo Seitenfus), que trata de temas econômicos, comerciais, culturais e qualquer tema não incluído na temática de Segurança Internacional e Soberania, da alçada das *High Politics*

²³ SEITENFUS, 2008.

Porém apesar de ter certa autonomia em relação aos Estados, esses atores privados ainda ficaram submetidos às soberanias dos diferentes países em que se instalassem. Assim, não podiam agir com autonomia e sem a anuência dos Estados.

Além das entidades privadas, esse novo cenário abriu espaço para que entes sub-estatais, tais como províncias, estados-membro de federações, municípios e outras parcelas de Estados passassem a agir no ambiente internacional. Essa atuação internacional, apesar de ser colocada como inesperada por alguns atores, é explicada como natural e apenas reflexo da necessidade que comunidades têm de se articular no ambiente internacional, buscando atender aos interesses específicos da localidade, não contemplados pela atuação diplomática centralizada, exercida pelo governo central²⁴.

Essa atuação internacional dos entes sub-nacionais, é questionada sob o argumento de que esses atores não teriam personalidade jurídica internacional, nem a autonomia necessária para firmar acordos internacionais. Esse argumento é utilizado por uma série de autores e se baseia no princípio de que apenas os Estados são atores de direito internacional público. Também há argumentos de que atuar no cenário internacional seria vedado a entes sub-nacionais²⁵.

Porém outros argumentos, inclusive jurídicos, mostram a viabilidade de atuação internacional de unidades sub-Estatais, entre elas a constituição alemã e a própria constituição brasileira, dão brechas ou permitem explicitamente a participação limitada desses atores, já que não possuem soberania e estão submetidos à legislação superior²⁶.

²⁴ GRANATO, 2010

²⁵ VIGEVANI, 2006

²⁶ Ibidem

Sendo viável, a questão da atuação internacional do município passa a ser uma questão de motivação para o município atuar. Um argumento pertinente a ser levantado é agir como promotor de desenvolvimento econômico e social. Visto o argumento já mencionado do ex-Ministro das Relações Exteriores e atual Ministro da Defesa, Celso Amorim, também nos leva a pensar que o governo municipal tem um compromisso com seu cidadão de atuar como catalisador de desenvolvimento do município maximizando assim a qualidade de vida em seu território. Esse pensamento se torna relevante devido à virtual incapacidade do governo central em atender todas as necessidades específicas dos municípios e estados-membro que formam a União.

2.3. TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Dentre as teorias de comércio internacional existentes, várias poderiam suportar as idéias defendidas nesse trabalho. Porém a escolhida, a Teoria de Heckscher e Ohlin foi considerada fundamental para este trabalho. O motivo dessa escolha deriva da necessidade de compreender a estrutura do comércio internacional do Recife, o que deriva da disponibilidade de fatores de trabalho, e portanto, explica de forma bastante aceitável a pauta de exportação de sua economia.

A teoria de H-O²⁷ vem dar uma dinâmica à lógica das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Enquanto Ricardo, em sua teoria, explicava a ordem no comércio internacional pela produtividade do trabalho, Heckscher e Ohlin desenvolveram um teorema que explica as vantagens comparativas de um país

²⁷ Iniciais de Eli Filip Heckscher e Bertil Ohlin

através de um modelo 2x2x2, dois países, com dois fatores de produção e dois produtos analisados²⁸.

O que se torna bastante interessante para esse estudo, na teoria de H-O é a possibilidade de uma economia modificar suas vantagens comparativas, devido à modificação da oferta de fatores. Por exemplo, a criação de uma infra-estrutura logística, pode alterar os custos de produção da produção localizada na área beneficiada, e conseqüentemente torná-la mais competitiva. Por exemplo, vamos supor que numa região X fosse construído o primeiro porto de toda uma região e uma estação ferroviária ligando-a a uma região produtora mais distante do interior. Nesse exemplo, estando tudo mais constante, fica claro que essa localidade terá condições de se tornar um pólo de escoamento da produção do interior e uma porta de entrada de produtos para esse interior. Então, as empresas que se instalarem nessa localidade, terão vantagens relativas ao custo de transporte, devido à oferta de uma estrutura diferenciada na região.

Nesse exemplo, podemos entender que para o modelo de Heckscher e Ohlin, as vantagens comparativas podem ser construídas. Seja por investimentos em infra-estrutura ou adoção de políticas econômicas que tenham impacto nos custos da produção ou do investimento.

Assim, podemos entender que políticas de redução de custos de mão-de-obra, de desoneração fiscal, renúncias fiscais e principalmente, investimentos em educação (em todos os níveis) são de certa forma, um investimento em políticas de construção de vantagens comparativas. A instalação de uma infra-estrutura produtiva, logística e de fornecimento, para atração de firmas, também são formas de construir vantagens comparativas para uma região.

²⁸ MAGNOLI; SERAPIÃO, 2006.

Da mesma maneira que se faz essa análise para países, não há nada que impeça de fazer essa análise entre Estados, ou entre Municípios. Assim, essa teoria justifica os investimentos dos governos dos estados, e a pretensão do governo municipal do Recife em aplicar recursos em certas obras e políticas, para atrair investimentos que venham a melhorar a renda, a oferta de empregos e no fundo, a qualidade de vida da população.

A vocação para as relações internacionais da cidade do Recife é inquestionável. Historicamente, podemos observar que essa vocação se estendeu para as relações econômicas internacionais, inclusive as relações comerciais. Dentre fatores que podemos observar para embasar essa assertiva está o papel estratégico que a cidade teve para a Companhia das Índias Ocidentais, a importância para a metrópole portuguesa, antes e depois da dominação holandesa, durante todo o ciclo do açúcar.

Atualmente, no entanto, a cidade vive um momento de ausência no comércio exterior do estado. Isso se dá pelo fato de que a cidade perdeu a vocação de canal para escoamento da produção vinda do interior, de pólo industrial do estado. Foi substituída pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Baseada na teoria de Heckscher-Öhlin, a ínfima *performance* do Recife no Comércio Exterior demonstra que a cidade possui importantes vantagens comparativas mas que são pouco aproveitadas.

Porém tratando das perspectivas, como a cidade está localizada próxima a uma região de altíssimo fluxo de investimentos, existe a oportunidade de aproveitar esse movimento e com isso, atrair investimentos para a cidade, seja devido à proximidade geográfica, seja à oferta de uma infra-estrutura urbana não encontrada nos municípios vizinhos.

No Recife, especialmente, onde o Comércio Internacional ainda é pouco relevante, a teoria serviu para suportar a argumentação de que é preciso aproveitar os fatores produtivos instalados na cidade, e as características de produtividade da mão-de-obra da localidade.

Nesse ponto, Recife já se destaca no segmento da terceirização de serviços. Desde a simples atenção às necessidades de um serviço de limpeza, segurança e profissionais administrativos até a elaboração de terceirização de contabilidade, *telemarketing* e soluções de tecnologia da informação, embora sem um incentivo por parte do estado, a cidade demonstra uma notável vocação para o ramo da prestação de serviços. Num contexto de atração de investimentos para cidades vizinhas, no Pólo Industrial e Portuário de Suape, além da perspectiva da criação de um novo Pólo, semelhante ao primeiro no município de Goiana, a vocação para prestação de serviços, para pólo de negócios, vem a ser bastante conectada com a necessidade das empresas.

Complementando a possível vocação de pólo de prestação de serviços, a Cidade do Recife é um centro de ensino superior no estado de Pernambuco. Por isso, torna-se diretamente uma fonte de mão de obra melhor qualificada para os investimentos atraídos pelo estado. Sendo assim, é plausível que haja escritórios localizados na cidade para as atividades administrativas dos empreendimentos instalados nos pólos de investimento do estado.

Além disso, a cidade vem demonstrando ser um centro de excelência hospitalar e por isso mesmo, se coloca como um pólo de atração de uma nova espécie de turismo, o chamado “turismo hospitalar”. Esse fenômeno, nada mais é do que a prestação do serviço de saúde particular a pessoas de outras localidades do país e do exterior.

Por fim, a cidade tenta se posicionar como centro de turismo de negócios. O que se torna perfeitamente plausível quando se observa a atração de tantos investimentos estrangeiros ao redor do município. Como se trata do maior pólo hoteleiro e de infraestrutura para organização de eventos, este é outro nicho de relações internacionais econômicas explorada pela cidade.

Baseado nos princípios da Teoria da Dotação de Fatores, a administração municipal está exatamente tentando agir como catalisador para que os fatores produtivos e os perfis produtivos da mão de obra local se reflitam em Vantagens Comparativas no Comércio Internacional, neste caso mais focado em Serviços.

2.4. TEORIA DO FLUXO DE INVESTIMENTOS

Como já foi dito acima, a Cidade do Recife está localizada próximo a um pólo de atração de investimentos. Essa proximidade gera várias oportunidades a ser aproveitadas pelo município e requer uma intervenção institucional por parte da Prefeitura para o melhor aproveitamento desse contexto.

Porém a Teoria do Fluxo de Investimentos será utilizada para fundamentar a ideia de que o Investimento que vem para o Estado poderá servir para alimentar o desenvolvimento econômico tanto no Estado quanto no município. Não se abrindo uma nova frente teórica no trabalho, foi realizado um somatório de idéias para que uma complemente o raciocínio iniciado com a utilização da outra.

Porém, esta teoria se torna necessária por que não é possível compreender o fluxo de Investimento Direto em um país, pela observação das teorias de comércio e nem mesmo, pela teoria das finanças²⁹. Segundo autores dessa teoria, podemos

²⁹ LIMA JR, 2005

dizer que o que determina a escolha dos destinos para o investimento externo direto são as estruturas de mercado, ou seja, as imperfeições do livre comércio.

Assim, as mais variadas explicações para um determinado investimento podem surgir. As mais visíveis, relacionadas diretamente a essas imperfeições de mercado são o aproveitamento das barreiras alfandegárias para fugir da competição com os concorrentes posicionados em outros mercados e o aproveitamento de vantagens comparativas relacionadas a diferença de mobilidade entre os fatores de produção³⁰. Para tanto, alguns autores defendem que a interferência governamental é uma das determinantes para a atração de investimentos externos diretos. Nessa linha de pensamento, se pretende colocar o desenvolvimento de ações em nível municipal como ferramentas governamentais para a atração de IEDs para a cidade do Recife.

2.5. PROBLEMÁTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUBESTATAIS

No Brasil, diferente de outros modelos de federação, o município é um ator do pacto federativo. Nos outros casos o município não passa de uma divisão administrativa do território do estado-membro. Assim, é mais simples entender a atividade internacional dos municípios brasileiros³¹.

Porém essa aparente facilidade em nada contribui para a aceitação jurídica da atuação dos municípios. Isso porque, a corrente jurídica que defende o monopólio da União da Diplomacia também visa barrar a atuação dos estados-

³⁰ CAVES, 1971

³¹ BRASIL, 1988

membro. Se apóiam na idéia de que apenas o Estado³² tem legitimidade jurídica para celebrar tratados ou firmar compromissos em nome do povo brasileiro.

Esse argumento sequer é questionado pelos defensores da atuação internacional federativa. Polêmicas do termo à parte, os atores subnacionais que exercem a chamada “paradiplomacia” não atuam em áreas que são constitucionalmente vedadas à União, também não se vêem como capazes de celebrar tratados internacionais. A intenção dos estados e municípios que atuam nas relações internacionais descentralizadas é de buscar firmar convênios, acordos de cooperação em vários setores que são atribuídos a eles como responsabilidades constitucionais³³.

Então, sob as diretrizes da diplomacia da União, os entes subnacionais se articulam visando uma maior inserção, suprir suas demandas e necessidades específicas, a fim de complementar a atuação dos ministérios das relações exteriores³⁴.

Outra dificuldade, ligada à primeira, está a questão orçamentária. Mesmo que já existam ferramentas “paradiplomáticas” em estados e municípios, estes não gozam de orçamentos suficientes para a atuação plena de suas atividades potenciais. Como consequência temos matrizes funcionais bem enxutas. Poucos desses aparelhos paradiplomáticos são Secretarias. Na maioria das vezes caracterizam assessorias especiais, assessorias, coordenadorias, diretorias, etc. Simplesmente estão alocadas dentro de Secretarias que pouco ou nada tem haver com a atividade internacional. Outra consequência da questão do orçamento e

³² Conceito adotado pelo Dicionário de Política, que sinteticamente é o conjunto de Povo, Território e Governo dotados de Soberania, BOBBIO, 1998

³³ VIGEVANI, 2006

³⁴ DESSOTI, 2009

também do pequeno quadro funcional é a limitação de atividade internacional ao longo do ano³⁵.

Por fim, uma dificuldade que vem diminuindo ao longo das últimas gestões é o reconhecimento do governo central, inclusive pela criação de departamentos no Ministério das Relações Exteriores e na assessoria da presidência voltados exclusivamente para as relações federativas. Porém ainda são poucas as iniciativas de cooperação internacional descentralizada ou federativa que partem do governo central. A mais recente, foi o edital de Cooperação Trilateral Descentralizada Brasil-França-África/Haiti. Esta visava a cooperação entre cidades ou estados brasileiros, franceses e de um país africano ou do Haiti. Mesmo assim, o limite orçamentário foi muito baixo, considerado simbólico apenas para iniciar as atividades³⁶.

Porém percebe-se ao observar as atividades desses departamentos que há uma intenção do governo de ampliar sua participação. Portanto as perspectivas para a paradiplomacia brasileira são positivas. Isso só pode ser bom, desde que haja uma coordenação federal, para que os entes federados possam buscar melhores condições de vida para sua população e contribuir para a qualidade de vida em outros países³⁷.

Notadamente a Prefeitura do Recife tem uma atuação recente nesse campo. Como todo iniciante, dificuldades primárias são encontradas. Porém pode-se dizer que a cidade é muito ativa, tanto em relações bilaterais quanto em fóruns multilaterais de cooperação descentralizada³⁸.

Bilateralmente, Recife tem um Acordo de Cooperação com a cidade francesa de Nantes, o mais produtivo, abrangente e avançado relacionamento institucional

³⁵ VIGEVANI, 2006

³⁶ Ibidem

³⁷ VIGEVANI, 2004

³⁸ RECIFE, 2011

desenvolvido pela capital. Recentemente, durante uma missão da prefeitura de Nantes em maio de 2011 foi assinado o Acordo-Quadro de Cooperação Bilateral Brasil-Nantes, que veio ampliar e reafirmar essa cooperação³⁹.

A cidade também é um dos membros ativos da Rede Mercocidades, e vem buscando ampliar o número de Secretarias envolvidas com as atividades da Rede. Isso significa ter um número maior de temas sendo discutidos pela cidade no ambiente do Mercosul. Atualmente estão em atividade a Secretaria de 'Cultura', de 'Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras', 'Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico', Secretaria Especial da Mulher e Secretaria Especial para a Juventude⁴⁰.

Logicamente em paralelo com cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, com Secretarias específicas para as Relações Internacionais existe a possibilidade de haver uma atividade bem mais ampla. Porém essas cidades também tem uma atuação mais antiga. São Paulo, ainda deve ser ressaltada pelo seu tamanho, e pela grande quantidade de imigrantes que recebeu em seu município, o que faz dela uma cidade com muitos motivos para manter uma estrutura maior para coordenar suas relações exteriores. Porto Alegre e Belo Horizonte entretanto, tem um papel pioneiro nessas estruturas, e uma visão mais progressista a respeito da paradiplomacia, algo que visivelmente ainda está sendo construído no Recife⁴¹.

A capital pernambucana ainda mantém a política de relações internacionais na ala das políticas governamentais, o que indica que havendo mudança de

³⁹ Ibidem

⁴⁰ Ibidem

⁴¹ VIGEVANI, 2006

governo, há também a tendência de que a política seja descontinuada. Assim, há uma incerteza sobre o futuro dessa política inovadora na cidade.

Por fim, o último problema identificado para a cidade do Recife é a ausência de uma estrutura semelhante no governo estadual. Diferente das cidades de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador, Recife não conta com o apoio de uma estrutura estadual específica para ações internacionais do município. Porém esse problema é amenizado com o apoio de outras Secretarias estaduais como Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Cultura.

Apesar desses problemas, a Prefeitura do Recife vem recebendo reconhecimento internacional pela sua atuação. Também, os programas da Prefeitura recebem reconhecimento externo, graças à atuação da estrutura da Coordenação de Relações Internacionais, a exemplo do prêmio Reinhard Mohn, recebido pela Prefeitura pelo Orçamento Participativo na Alemanha⁴².

⁴² RECIFE, 2011

3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RECIFE

3.1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RECIFE

“Eu vi o mundo e ele começa no Recife” diz a frase de Cícero Dias no centro da Praça do Marco Zero, bairro do Recife, onde a cidade começou. Como indica a frase, desde seus primórdios, a localidade hoje conhecida como Recife esteve voltada para o mundo. Surgiu como a porta de entrada e saída da Vila de Olinda, então capital da Capitania de Pernambuco. Consolidou-se exatamente por estar conectada com o mundo. O povoado localizado onde hoje está o bairro do Recife ganhou importância através dos mascates portugueses, que resolveram se fixar perto do porto, longe da aristocracia colonial presente em Olinda⁴³.

Com o domínio da Holanda, da Companhia das Índias Ocidentais na Capitania de Pernambuco e a instalação do denominado “Brasil Holandês”, a cidade se beneficiou de um grande salto de importância, foi escolhida como Capital Política e sede da Companhia das Índias Ocidentais na colônia. Os investimentos feitos pelos holandeses foram fundamentais para o desenvolvimento do Recife, desde a instalação de uma infraestrutura que permitiu a cidade se desenvolver urbanisticamente até a estrutura comercial e administrativa instalada ali⁴⁴.

Após a expulsão dos holandeses, o Recife nunca mais deixaria de ser a cidade mais importante do Estado. Essa expulsão, apesar de feita através de armas e em nome de nações, foi uma disputa puramente comercial. A cidade tinha a vocação de ser o porto escoador do açúcar produzido em Pernambuco. O negócio mais lucrativo até o momento⁴⁵.

⁴³ BARRETO, 1994

⁴⁴ CASTRO, 1948

⁴⁵ SETTE, 1981 e CASTRO, 1948

Ao contrário do que pensavam anteriormente, hoje alguns historiadores defendem a idéia de que a economia do açúcar era uma das economias mais avançadas da época, inclusive no aspecto tecnológico. O aparato dos Engenhos, para aquele período era uma evolução técnica sem precedente para o contexto. O que para uma colônia de exploração (e exploração⁴⁶) era um privilégio. Cabe observar nesse primeiro momento que o maior valor agregado pertencia ao beneficiamento do produto exportado pela colônia, realizado na Europa. Ainda assim, comparando Pernambuco com outras colônias, o desenvolvimento experimentado nesse período pela colônia sediada no Recife foi sem igual⁴⁷.

O intercâmbio comercial do Recife sofreu uma forte decadência após o fim do ciclo do açúcar. Porém, evidências mostram que o Recife continuou sendo um entreposto comercial entre a Europa e a Colônia Portuguesa. A cidade foi ao longo de boa parte da história brasileira, a capital do Nordeste, sendo aqui, o palco de revoluções e movimentos culturais, com influências internacionais que enfatizam a postura voltada para fora que a cidade sempre teve⁴⁸.

Um aspecto da cidade do Recife que merece uma citação aqui neste texto é a referência aos grandes nomes de projeção internacional que nasceram ou se formaram na cidade e ganharam reconhecimento mundial em várias áreas do conhecimento ou produção cultural. Entre eles, precisamos falar de Joaquim Nabuco, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Paulo Freire, João Cabral de Melo Neto, Chico Science. A biografia de cada um não precisa ser citada nessa dissertação, mas vale ao menos citar o motivo pelos quais foram escolhidos para exemplificar o quanto Pernambuco e o Recife são formadores de intelectuais internacionalmente

⁴⁶ Termo utilizado para definir a utilização dos recursos naturais à ponto de exaurí-los, MEDEIROS, 2011

⁴⁷ LIMA, 1997

⁴⁸ BARRETO, 1994

relevantes. Joaquim Nabuco, Josué de Castro e João Cabral de Melo Neto foram entre outras coisas diplomatas. Todos destacaram-se em suas áreas de atuação e representaram a cidade do Recife e o estado de Pernambuco no mundo. Chico Science foi um artista que renovou o movimento cultural local, denunciando a realidade vivida e se tornando um dos maiores nomes da história cultural do país. Viveu pouco, mas deixou um legado ainda hoje citado como um dos maiores movimentos culturais do país. Todos os outros se destacaram em suas respectivas áreas, sendo considerados grandes nomes em todo o mundo. Gilberto Freyre devido ao seu legado como sociólogo, escritor e historiador⁴⁹, Paulo Freire é considerado o maior nome brasileiro em pedagogia⁵⁰. Josué de Castro foi um pioneiro no estudo da subnutrição, com uma obra completa sobre o tema⁵¹. Joaquim Nabuco um grande humanista, defensor da abolição da escravatura e pensador da sociedade, além de ter sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras⁵². Por fim, João Cabral de Melo Neto conciliando a profissão de Poeta e Diplomata, de forma brilhante em ambos⁵³.

Voltando ao histórico do Recife, depois de um longo período de calmaria, a cidade de Recife voltou a experimentar um período de efervescência internacional. Sendo palco de atividades culturais que ganham o mundo, centro de um estado que atrai investimentos mundiais, a administração pública municipal passou a ter uma ferramenta de articulação internacional com o objetivo de aumentar a inserção internacional do município.

⁴⁹ VILLON, 2010

⁵⁰ FREIRE, 2008

⁵¹ ANANIAS, 2008

⁵² VIANA FILHO, 1949

⁵³ PARAISO, 2006

Hoje, a cidade mantém uma relação de irmanamento com a cidade de Guangzhou (China), uma negociação em andamento para um acordo de irmanamento com Argel (Argélia) e Acordos de Cooperação Descentralizada com Nantes (França) e Barcelos (Portugal). Ainda conta com um protocolo de intenção com Santiago de Cuba (Cuba) e Maputo (Moçambique). Recife também é membro da Rede Mercocidades, uma rede de cooperação descentralizada dentro do âmbito do Mercosul. Além disso, Recife participa ativamente de diálogo com o governo federal sobre Relações Federativas Internacionais, inclusive submetendo projetos em programas da Agência Brasileira de Cooperação⁵⁴.

3.2. CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO RECIFE

A cidade do Recife foi concebida por suas características geográficas, que permitiram a formação de um porto ainda nos tempos mais remotos da colônia. O crescimento da localidade se deu pela vantagem de estar próximo ao porto, com o desenvolvimento de uma elite comerciante. Essa característica fez com que a cidade estivesse sempre aberta ao intercâmbio comercial e cultural⁵⁵.

Desde sua formação, portanto, o Recife foi a porta de entrada para os produtos estrangeiros ou de outras partes do Brasil e o caminho de saída para os produtos produzidos no interior do Estado. Desde a economia açucareira colonial, passando pelos períodos de decadência, e ainda no atual momento, Recife tem como vocação escoar a produção de Pernambuco e não de produzir mercadorias agrícolas ou de expansão da sua produção industrial⁵⁶.

⁵⁴ RECIFE, 2011

⁵⁵ LIMA, 2005 e CASTRO, 1992

⁵⁶ LIMA, 2005

Hoje, com a consolidação do Porto de Suape, essa vocação vem sendo modificada. O porto do Recife está perdendo espaço relativo no cenário comercial do Estado. Mas vem recebendo investimentos para ser contextualizado como porta de entrada para turistas e migrantes que se utilizam da via marítima.

O que tem impulsionado o crescimento da capital e do estado hoje é a construção civil, no momento em que os grandes empreendimentos de Suape estão sendo construídos (um total de 16 bilhões de dólares em investimentos até 2010⁵⁷) e surge uma grande demanda por empreendimentos imobiliários. Os empreendimentos realizados no Recife, constituídos por edifícios residenciais e comerciais, demonstram que a cidade continuará sendo o maior pólo de habitação e comércio da região metropolitana. Mesmo que a atração de grandes investimentos industriais esteja concentrada fora da cidade, uma vantagem para esses dois segmentos é que Recife já concentra a maior rede de infraestrutura urbana do estado⁵⁸.

De acordo com dados do IBGE, apresentados pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE), o setor de construção civil representa um total de 26,1% do PIB da Indústria Geral de Pernambuco. No total, são 89.178 pessoas empregadas pelas empresas de construção civil no Estado de Pernambuco. Este mesmo setor cresceu a uma taxa de 21,2% no segundo trimestre de 2010, contra 17,5% da indústria em geral no mesmo período. Dentro desse crescimento, a participação das construções imobiliárias representam 53,6% do total da produção do setor imobiliário, ao passo que as obras de infraestrutura representam 21,8% desse total. O restante se deve a serviços especializados para construção, 24,6%.

⁵⁷ IBGE, 2010

⁵⁸ CGEE, 2011

Um fator relevante para a compreensão do setor de construção civil na cidade é o Índice de Velocidade de Venda (IVV), que mede o aumento da velocidade de venda dos empreendimentos lançados. No Recife, após um período de decadência do índice entre 1999 e 2003, o IVV vem crescendo de 2004 a 2010⁵⁹, tendo um aumento significativo entre 2009 e 2010, conforme dados da ADEMI-PE, quando chegou a 14,2%, maior índice desde o início da pesquisa. Esse número se torna ainda mais atrativo quando se nota que o setor de construção civil vem ofertando números recordes de lançamentos imobiliários⁶⁰.

Há também uma histórica concentração de instituições educacionais na cidade. Desde a fundação da Faculdade de Direito do Recife, em 1827, a capital foi e é o maior polo educacional de Pernambuco, sendo um dos mais importantes do país. Como foi ressaltado no capítulo anterior, Recife concentra um pólo educacional com potencial para atender às necessidades do pólo de Suape e de transformar a economia municipal no pólo de prestação de serviços avançados e serviços industriais, da indústria criativa e do próprio serviço educacional de alta qualidade⁶¹.

Hoje a capital pernambucana conta com um número de 83 instituições credenciadas no Ministério da Educação e Cultura (MEC), dentre instituições privadas de ensino presencial, filiais de ensino a distância e universidades públicas. São ao todo três universidades públicas, duas federais e uma estadual, uma universidade católica, além de faculdades ligadas a grandes grupos de ensino, tais como a FIR, ligada à Universidade Estácio de Sá e a unidade no Recife da Universidade Salgado de Oliveira, além da Faculdade Nova Roma, ligada ao grupo da Fundação Getúlio Vargas. Além desses grandes grupos com filiais, há também

⁵⁹ FIEPE, 2011

⁶⁰ ADEMI-PE, 2011

⁶¹ CGEE, 2011

os grupos de ensino sediados na própria cidade, como o Grupo Ser Educacional e a Faculdade Boa Viagem, essa última que também possui cursos pouco comuns a instituições particulares, como a graduação em medicina e Mestrado Profissional na área de Economia⁶².

Mesmo com essa concentração, hoje há uma necessidade de trazer profissionais de fora para ocupar posições em empreendimentos localizados em Pernambuco que exigem um maior nível de qualificação. Porém, se há uma cidade que possa preparar os profissionais de mais alta qualificação necessários para o estado, para entregar os serviços que exigiram alto nível de qualificação, Recife reúne as condições para que isso se torne verdade, com investimentos adequados.

Um fator relevante para essa análise é a taxa de desemprego na Região Metropolitana do Recife. Levando em consideração a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, vemos que a taxa de desemprego médio total caiu ao longo dos anos de 2006 a 2010⁶³. Nos últimos dois anos, a taxa de desemprego médio total caiu de 19,2% para 16,2%, menor taxa desde o ano de 1998, de acordo com o Dieese. É importante fazer uma ressalva sobre essa taxa do Departamento Intersindical, que utiliza metodologia diferente da utilizada pelo IBGE, resultando em taxas diferenciadas, onde a taxa do Dieese tende a ser sempre superior a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Fazendo referência à teoria de Heckscher-Ohlin, havendo uma diminuição na oferta ociosa de mão-de-obra, surgirá uma tendência de valorização desse fator de produção. Portanto, será necessário um aumento da produtividade, para que se possa justificar, em longo prazo, o emprego da população local nos empreendimentos da região. Essa escassez poderá levar a pressões por melhores

⁶² Informações encontradas no site do Ministério da Educação e Cultura (MEC)

⁶³ DIEESE, 2011

qualificações da mão-de-obra, visto que seria inviável trazer grandes quantidades de pessoas, frequentemente, para abastecer o mercado de trabalho. Uma outra possibilidade é a consequência trágica desse fenômeno, a migração dos investimentos para outras localidades com mão de obra mais barata. Levando em consideração que o Capital é o fator produtivo de maior mobilidade, essa possibilidade existe, mas claramente pode ser evitada⁶⁴.

Devido a essas características, hoje os gestores das Relações Internacionais do Recife passam a ter uma responsabilidade a mais, buscar cooperações educacionais, para promover intercâmbio de professores e alunos, cooperação técnica entre instituições para que o Recife possa criar condições para promover o ganho de produtividade esperado. Apenas para citar alguns exemplos de iniciativas nesse segmento, temos os acordos de cooperação acadêmica entre a Universidade Federal de Pernambuco com as universidades de Guandong (China) e a Universidade de Nantes⁶⁵.

Porém pode-se tirar outra conclusão a partir dos dados sobre o desemprego da cidade. Sabendo que há um fluxo de mão de obra vindo de outras regiões do país e até do exterior, a taxa de desemprego continua diminuindo em termos relativos, sugerindo que apesar do aumento populacional, ainda assim há diminuição da taxa de desemprego. Isso indica que além de absorver essa nova força de trabalho, a economia da cidade e da região metropolitana está absorvendo também a oferta local. Outra questão relevante a ser considerada é que essa força de trabalho atraída é majoritariamente uma mão de obra qualificada, para suprir as necessidades das indústrias que se instalam na região. Isso é positivo na medida em que há uma melhoria da qualificação média da força de trabalho local, dando um

⁶⁴ KRUGMAN, 2010

⁶⁵ RECIFE, 2011

impulso para o crescimento econômico e facilitando que esse crescimento seja sustentado.

A vocação para as relações internacionais da cidade do Recife é inquestionável. Historicamente, podemos observar que essa vocação se estendeu para as relações econômicas internacionais, inclusive as relações comerciais. Dentre fatores que podemos observar para embasar essa assertiva está o papel estratégico que a cidade teve para a Companhia das Índias Ocidentais, a importância para a metrópole portuguesa, antes e depois da dominação holandesa, durante todo o ciclo do açúcar⁶⁶.

Atualmente, no entanto, a cidade vive um momento de ausência no comércio exterior do estado. Isso se dá pelo fato de que a cidade perdeu a vocação de canal para escoamento da produção vinda do interior, de pólo industrial do estado, foi substituída pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape e está em processo de readaptação para uma nova vocação econômica⁶⁷.

Baseada na teoria de Heckscher-Ohlin, o fraco desempenho da cidade do Recife no Comércio Exterior demonstra que a cidade possui importantes vantagens comparativas que não estão sendo bem aproveitadas. De qualquer forma, dados relativos à exportação de serviços avançados e de tecnologia da informação não entrarão na estatística de balança comercial, e sim, na balança de serviços, sendo refletido no balanço de pagamentos. De acordo com a teoria da Dotação de Fatores, a disponibilidade dos fatores determinará os pontos fortes da economia, porém para compreender os elementos que fazem a economia do Recife ser pouco aberta ao mercado internacional devem ser levados em consideração o contexto e as questões conjunturais que bloqueiam o impulso internacional da cidade.

⁶⁶ CASTRO, 1948

⁶⁷ CGEE, 2011

O histórico recente da política brasileira é um dos fatores que explicam o isolamento da economia recifense. Depois de passar por uma série de políticas nacionais isolacionistas, e ao mesmo tempo, uma política de concentração dos investimentos na região sudeste do país, as demais economias regionais ficaram restritas às influências regionais. A SUDENE foi uma razoável tentativa de diminuir as desigualdades regionais no Nordeste, porém insuficiente, como mostra a história. Esse assunto, no entanto, não será aprofundado nesse trabalho.

Porém tratando das perspectivas do Recife, como a cidade está localizada próxima a uma região de altíssimo fluxo de investimentos, tem a oportunidade de aproveitar para atrair investimentos para a cidade, seja devido à proximidade geográfica, seja à oferta de uma infraestrutura urbana não encontrada nos municípios vizinhos⁶⁸.

No Recife, especialmente, onde o Comércio Internacional ainda é pouco relevante, a teoria econômica serve para suportar a argumentação de que é preciso aproveitar os fatores produtivos instalados na cidade, e as características de produtividade da mão de obra da localidade⁶⁹.

Nesse ponto, Recife já se destaca no segmento da terceirização de serviços. Desde a simples atenção às necessidades de um serviço de limpeza, segurança e profissionais administrativos até a elaboração de terceirização de contabilidade, *call center* e soluções de tecnologia da informação, embora sem um incentivo de larga escala por parte do Estado, a cidade demonstra uma notável vocação para o ramo da prestação de serviços. Num contexto de atração de investimentos para cidades vizinhas, no Pólo Industrial e Portuário de Suape, além da perspectiva da criação de um novo Pólo, semelhante ao primeiro no município de Goiana, a vocação para

⁶⁸ Ibidem

⁶⁹ KRUGMAN, 2010

prestação de serviços vem a ser bastante conectada com a necessidade das empresas⁷⁰.

É muito difícil falar em números relativos ao interesse de empresas de serviços a se instalar no Recife, porém há uma procura de empresas nesse setor, buscando posicionar-se estrategicamente e prestar serviços aos empreendimentos da circunvizinhança do município. A exemplo da empresa Contax, prestadora de serviços de *call center*, que instalou uma filial de grande porte na cidade, outras empresas demonstram o mesmo interesse, inclusive para aproveitar os benefícios fiscais e estruturais do Porto Digital⁷¹.

Complementando essa intenção de se posicionar como pólo de prestação de serviços, a Cidade do Recife é um centro de ensino superior em Pernambuco. Por isso, torna-se diretamente uma fonte de mão de obra melhor qualificada para os investimentos atraídos pela economia estadual (especialmente pela economia metropolitana). Sendo assim, é plausível que haja sedes administrativas localizadas na cidade para as atividades de gestão e controle dos empreendimentos instalados nos pólos de investimento do estado.

Nas palavras de Francisco Saboya, atual presidente do Porto Digital, durante o Seminário de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Recife em outubro de 2011, o desempenho do Cluster de Tecnologia da Informação localizado no Recife é comparável em relação à qualidade e produtividade, a outros pólos de excelência em tecnologia ao redor do mundo, sendo um pólo de referência no Brasil. Mesmo sem as devidas suficiências de infraestrutura de tecnologia da informação e de mão de obra que precisariam ser ofertados às empresas no complexo, as perspectivas

⁷⁰ CGEE, 2011

⁷¹ Baseado em informações da palestra de Francisco Saboya na palestra ministrada ao Seminário de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Recife promovido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife em 6 de outubro de 2011

são de melhoria. Recentemente, ainda segundo sua fala, o Porto Digital vem buscando ampliar a sua área de atuação, o que deverá em breve modificar até seu nome, buscando uma maior inserção nas áreas de criação e prestação de serviços avançados. Existem projetos de ampliação da atual estrutura física do centro administrativo, buscando a implantação de um novo formato para a localização das empresas encubadas por área do conhecimento, numa espécie de “Arranjo Produtivo” e também de um museu e áreas de convivência com objetivo de divulgar e atrair jovens às áreas de atuação do Porto Digital.

Além dessa ampliação da estrutura já existente e da perspectiva de atuação, há também a necessidade de ampliar a área geográfica do Porto Digital para o Bairro de Santo Amaro, permitindo assim, a implantação de novos e maiores empreendimentos que deverão se instalar no regime fiscal da iniciativa.

Apesar de o Porto Digital ainda ser uma iniciativa pequena, em número de empresas e de impacto no PIB, ganha uma importância realmente expressiva quando se analisam os tipos de empreendimentos que podem ser atraídos pelos serviços prestados pelas empresas que estão dentro do seu guarda-chuva. Essas empresas que podem ser atraídas são aquelas empresas que demandam serviços de alta qualidade e fornecedores de produtos criativos, ou seja, empresas de ponta de suas áreas.

Ainda no setor de serviços propriamente dito, existe o fato das empresas de terceirização de serviços estarem localizadas no Recife⁷², quando há uma demanda crescente por “serviços industriais”, logicamente, demandados por empresas que se instalam em Suape e nos arredores da capital. Mesmo que boa parte da mão de obra utilizada possa ser das redondezas dos empreendimentos, as empresas que

⁷² CGEE, 2011

treinarão e empregarão essa mão de obra estarão localizadas na capital pernambucana.

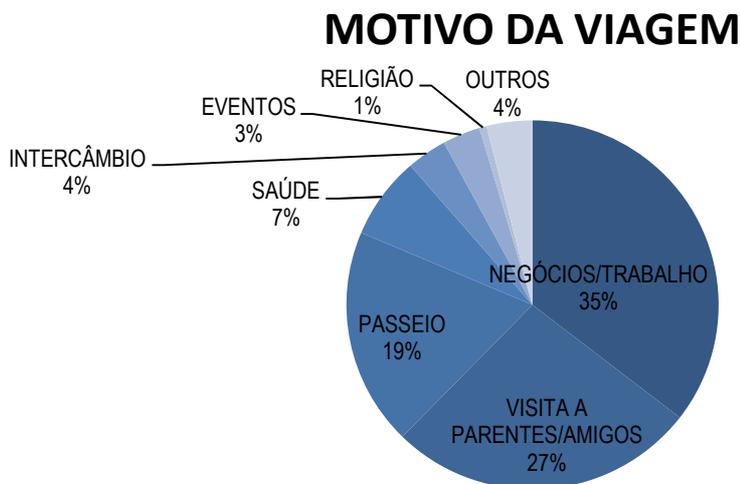
Por último, ainda no setor terciário, a cidade vem demonstrando ser um centro de excelência hospitalar e por isso mesmo, se coloca como um pólo de atração de uma nova espécie de turismo, o chamado “turismo hospitalar”. Esse fenômeno, nada mais é do que a prestação do serviço de saúde particular a pessoas de outras localidades do país e do exterior. Essa “categoria” de turista representa uma fatia significativa, 7% do total das pessoas que visitam a cidade⁷³.

Soma-se a isso, o fato de que a cidade se posiciona como centro de turismo de negócios. O que se torna perfeitamente plausível quando se observa a atração de tantos investimentos estrangeiros ao redor do município. Como se trata do maior pólo hoteleiro e de infraestrutura para organização de eventos no estado, este é outro nicho de relações econômicas internacionais, explorada pela cidade. Um total de 35% dos turistas, ou seja, a maior fatia vem com objetivo de realizar negócios na cidade.

Abaixo, podemos ver o gráfico elaborado com dados da Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) sobre as razões das viagens dos turistas ao Recife. Podemos notar que o principal setor do turismo recifense é o de turismo de negócios, com 35% do total de visitantes. Visita a parentes e amigos, e passeios vêm logo em seguida com 27% e 19% respectivamente. Por fim, 7% dos visitantes vem por razões de saúde, superando o número de visitantes intercambistas na cidade.

⁷³ EMPETUR, 2010

Gráfico 1 - Motivo da Viagem dos Turistas ao Recife



Fonte – EMPETUR, 2011

O turismo de passeio, baseado no roteiro denominado “sol e praia” que já foi o principal motivo de visitas ao Recife e ao estado de Pernambuco, hoje aparece apenas como terceiro colocado na pesquisa, porém não necessariamente uma diminuição absoluta desse tipo de turismo.

Segundo dados levantados pela própria EMPETUR, a grande maioria dos turistas que visitaram o Recife em 2010 vieram de outros lugares do Brasil, cerca de 93,66%. Restando apenas a fatia de 6,34% de turistas estrangeiros visitando a cidade. Contando que Recife recebeu em 2009 um número em torno de 786.640⁷⁴ turistas, podemos chegar a conclusão de que foram cerca de 49.873⁷⁵ turistas estrangeiros.

Os principais emissores de turistas ao Recife, no ano de 2010 foram Estados Unidos, Portugal, Itália, Alemanha e Argentina. A Holanda aparece como décimo segundo principal emissor de turistas ao Recife⁷⁶.

⁷⁴ EMPETUR, 2011

⁷⁵ Estimativa feita por aproximação levando em consideração o número de turistas em 2009 e a porcentagem de turistas estrangeiros em 2010.

⁷⁶ EMPETUR, 2011

Com dados de 2008⁷⁷ foi elaborado o seguinte quadro para estabelecer um paralelo entre as relações comerciais do Recife, seu PIB e sua população:

Quadro 1 - Paralelo das relações comerciais do Recife, seu PIB e sua população

Dados de Recife – 2008	US\$	Participação no PIB	População
PIB	\$11.879.624.339	-	1.549.853,14
PIB per Capita	\$7.665	-	Participação Per Cápita
Exportações	\$184.866.125,00	1,5562%	\$119,28
Importações	\$613.453.635,00	5,1639%	\$395,81
Saldo	-\$428.587.510,00	3,6078%	-\$276,53
Corrente de Comércio	\$798.319.760,00	6,7201%	\$515,09

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados do Condepe-Fidem

Baseado nos princípios da Teoria da Dotação de Fatores, a administração municipal está exatamente tentando agir como catalisador para que os fatores produtivos e os perfis produtivos da mão de obra local se reflitam em Vantagens Comparativas no Comércio Internacional, neste caso mais focado em Serviços.

Outro aspecto importantíssimo de ser verificado é a participação do Comércio Exterior no PIB da cidade. Por mais que a balança comercial de um município não reflita exatamente a realidade do município, pode nos dar uma idéia do quanto circula, em termos de comércio, através da cidade.

O que se pode perceber desde o primeiro momento ao observar o Quadro 1, além do saldo comercial negativo, é a baixa participação do Comércio Exterior no PIB da cidade. A corrente de comércio do Porto do Recife corresponde somente a 3,6% aproximadamente do seu PIB.

Obviamente esses dados são distorcidos, visto que nem tudo que é exportado pelo Recife é produzido na cidade, e nem tudo que é produzido na cidade, é exportado pelo porto do Recife ou Aeroporto Internacional dos Guararapes. Para complementar esse dado, precisamos analisar a pauta de exportações do Estado e

⁷⁷ Os dados sobre o PIB e PIB per Capita de Recife foram divulgados pelo IBGE e CONDEPE/FIDEM, porém constavam apenas em Reais. Para efeito de comparação, foi considerado o dólar a R\$1,89.

fazer uma comparação, mesmo que simples, com o que é produzido no território do Recife.

Tabela 1 - Principais setores das Exportações de Pernambuco

Setores	Exportação (US\$ 1.000)		Ranking		Participação		Crescimento Médio Anual		
	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005-2010	2009	2010
Refino de açúcar	191.780	498.138	1º	1º	24,4%	44,8%	21,0%	16,5%	55,5%
Resinas e elastômeros	55.769	146.498	3º	2º	7,1%	13,2%	21,3%	49,6%	27,6%
Lavouras permanentes	83.492	130.290	2º	3º	10,6%	11,7%	9,3%	-32,9%	39,8%
Produtos de plástico	31.755	62.780	6º	4º	4,0%	5,6%	14,6%	-30,2%	31,8%
Conservas de frutas, legumes e vegetais	5.040	24.168	25º	5º	0,6%	2,2%	36,8%	17,8%	41,3%
Geradores, transformadores e motores elétricos	8.543	22.349	20º	6º	1,1%	2,0%	21,2%	91,5%	528,4%
Pilhas, baterias e acumuladores elétricos	20.971	20.259	10º	7º	2,7%	1,8%	-0,7%	-35,1%	-31,6%
Produtos de metal	15.912	19.976	13º	8º	2,0%	1,8%	4,7%	10,8%	-15,4%
Metalurgia de metais não ferrosos	30.694	17.446	7º	9º	3,9%	1,6%	-10,7%	-17,0%	15,0%
Produtos de carne e de pescado	37.977	14.568	5º	10º	4,8%	1,3%	-17,4%	-65,6%	13,8%
Outros	304.119	156.026			38,7%	14,0%	-12,5%	-39,1%	6,8%
Total	786.051	1.112.498			100%	100%	7,2%	-12,1%	35,0%

. Fonte: APEX Brasil com base nos dados do MDIC

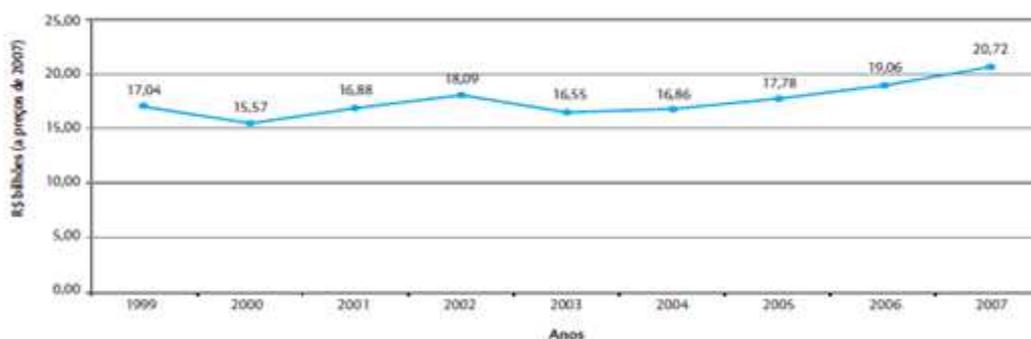
Observada a Tabela 1, sobre os principais setores exportadores de Pernambuco, pode-se fazer uma alusão à intensidade tecnológica dessa exportação, mais um indício de que pouco do que é exportado pode ser produzido no Recife. Isso porque se em 2010, 54,7% das exportações foi de produtos intensivos em recursos naturais, 13,1% de produtos primários, temos aí um claro indício de que 67,8% das exportações não foram produzidas no Recife. O restante, a cidade do Recife divide com todo o parque industrial instalado no complexo de Suape e em toda a região metropolitana.

A justificativa dada pelos membros de instituições de classe da indústria, comércio e de membros do executivo é de que o fluxo comercial de Recife é de comércio nacional, portanto, não contabilizado na Balança Comercial. A explicação é plausível quando se observa a posição geográfica do município. O próprio volume

de importações indica que alguma parte do que é importado é posteriormente distribuído para outras cidades no estado e na região Nordeste.

Guardando as respectivas proporções, tanto o Nordeste, quanto Pernambuco, são mercados relativamente pouco abertos ao mercado internacional, quando comparados com outros países. Essa diferença, no entanto, deve-se aos fatores históricos já citados acima. Visto que a abertura econômica do Brasil é recente, ainda há muitos instrumentos de proteção de mercado e resistência por parte da sociedade para derrubá-las. Entretanto, apesar dessa relativa baixa internacionalização comercial não significa que haja pouca internacionalização da economia. No Brasil, de uma maneira geral, há um grande volume de Investimento Exterior Direto (IED) aplicado⁷⁸.

Gráfico 2 - Evolução do PIB Real do Município do Recife – 1999/2007



Fonte: Condepe/Fidem (dados deflacionados pelo deflator implícito do IBGE)

Com base ver no Gráfico 2, sobre a evolução do Produto Interno Bruto Real do Recife, podemos ver uma trajetória crescente da produção municipal, havendo apenas dois períodos de crise.

Especificamente no período recente no Recife podemos observar uma estreita relação do crescimento da cidade, com o crescimento da região metropolitana e da economia estadual. Concretamente, sabemos que a maior parte

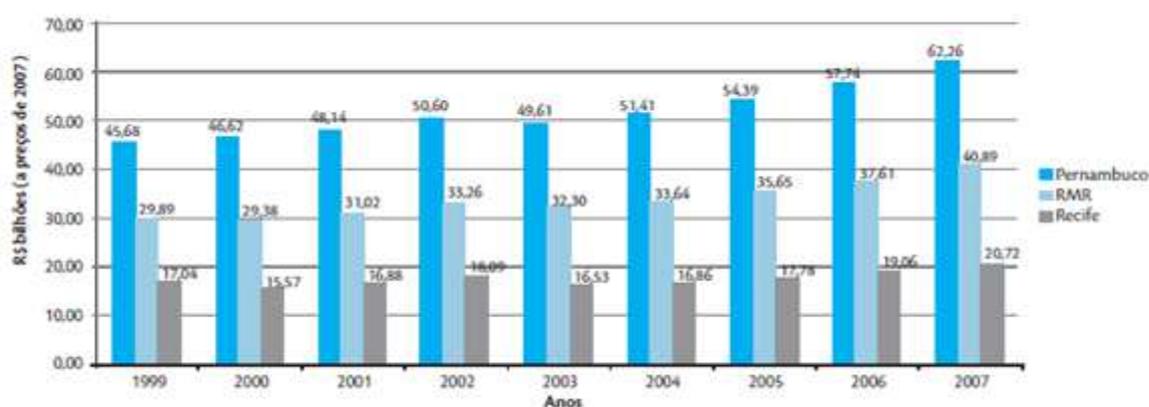
⁷⁸ HIRAKUTA; SARTI, 2011

dos investimentos que estão se instalando no estado de Pernambuco são em boa parte estrangeiros. Fato esse que não é diferente do que vem ocorrendo em Recife, porém em menor escala. A internacionalização do investimento que acontece no Pernambuco e na Região Metropolitana do Recife se reflete no crescimento e na melhoria do bem estar econômico da capital. Isso pode ser visto nos números no Gráfico 3, abaixo, que compara o crescimento do PIB de Pernambuco, da Região Metropolitana e da cidade do Recife.

É preciso observar que há uma estreita relação entre o crescimento estadual, metropolitano e da capital do estado. Logicamente podemos concluir duas possíveis razões para essa relação tão próxima. A primeira, é que a participação da economia municipal do Recife tem um peso considerável sobre os resultados das outras duas. A segunda questão, inversa a essa, porém não menos verdadeira, é a de que os investimentos realizados fora da capital têm impacto direto na economia da cidade⁷⁹.

Para ilustrar essa relação, podemos ver os Gráfico 3 e 4 abaixo, que mostram a evolução dos PIB reais em questão entre 1999 e 2007 e da participação do PIB de Recife nas duas regiões, respectivamente.

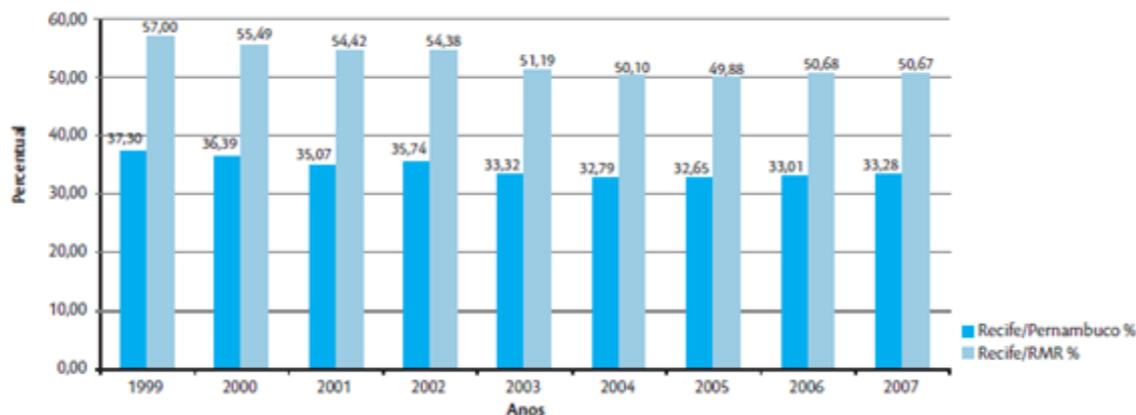
Gráfico 3 - Evolução do PIB real do Recife/RMR/Pernambuco - 1999/2007



Fonte: Condepe/Fidem (dados deflacionados pelo deflator implícito)

⁷⁹ CGEE, 2011

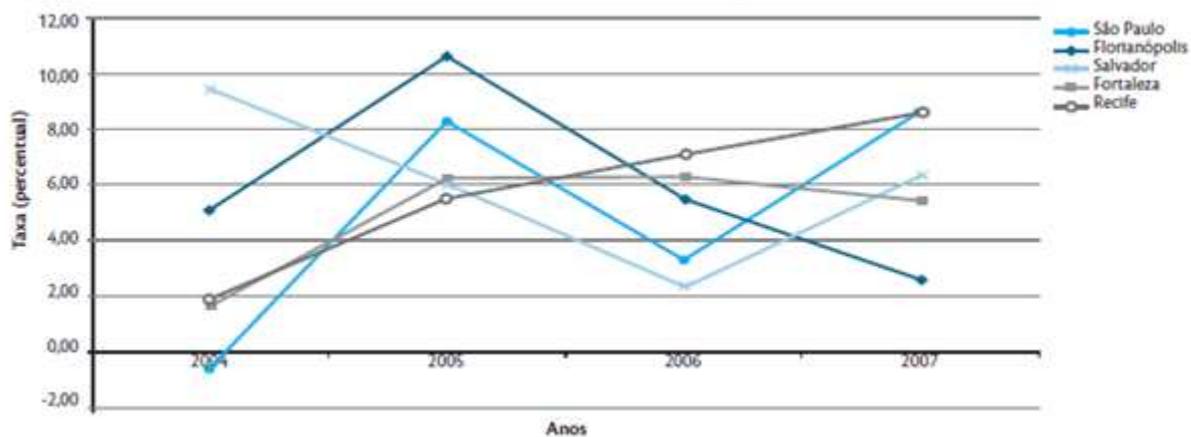
Gráfico 4 - Evolução da participação do Recife no PIB da Região metropolitana e do Estado de Pernambuco - 1999/2007



Fonte: Condepe/Fidem (dados deflacionados pelo deflator implícito)

Poderia surgir aqui, uma terceira assertiva de que o crescimento de Recife, de sua Região Metropolitana e de Pernambuco estaria associado também, ao crescimento do país no mesmo período. Porém, se compararmos as taxas de crescimento de Recife com as de outras capitais brasileiras, poderemos ver diferenças latentes no padrão de crescimento dessas capitais, mostrando assim, que há relação, mas não tão direta.

Gráfico 5 - Taxa de crescimento econômico do Recife e outros municípios selecionados - 2003/2007



Fonte: IBGE – PIB municipais (deflacionados pelo deflator implícito)

“Não podemos ter segurança na análise das curvas como uma tendência” disse o próprio texto do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)⁸⁰ de 2011, mas levando em consideração os dados que temos sobre investimentos na Região Metropolitana do Recife, podemos fazer, com certa consistência a análise de que o crescimento da cidade está realmente associado aos investimentos diretos estrangeiros que estão vindo para a região. Para complementar essa informação, abaixo aparece quadro com a lista dos dez maiores PIB per capita de Pernambuco:

10 municípios com maior PIB per Capita(em Reais) no Estado de Pernambuco 2007 - 2008

Ranking		Municípios	PIB per capita		Pop. em mil		Principais Influências
R07	R08		2007	2008	2007	2008	
1	1	Ipojuca	76.418	84.405	70,1	69,5	Alto desempenho do PIB com (SUAPE) e baixo contingente populacional. Possui 8,9% do PIB e 0,8% da população do estado.
2	2	Itapissuma	18.593	19.745	22,9	22,9	Grande indústria no município proporcionando um alto PIB em relação o número de residentes
3	3	Cabo de Santo Agostinho	17.244	19.036	163,1	172,2	7º maior população do estado, mas o montante do seu PIB é elevado (SUAPE e outras indústria), tornando seu PIB per capital alto.
4	4	Petrolândia	16.685	18.738	30,6	31,4	É onde está localizado a Casa de força da CHESF gerando uma participação no PIB estadual de 0,85% já sua população é de 0,4%.
5	5	Recife	13.510	14.486	1.533,6	1.515,1	Alta concentração do PIB (33,0%) de diversas atividades, especialmente dos serviços, enquanto possui somente 18% da população residente.
6	6	Camutanga	9.774	11.781	7,9	8,1	Grande produção industrial (açúcar) e baixa densidade populacional
8	7	Igarassu	7.834	9.573	93,7	92,5	Concentração de grandes indústrias em relação a sua população
7	8	Jaboatão dos Guararapes	8.384	9.420	665,4	651,4	Baixa densidade populacional em relação à geração de riqueza
12	9	Belo Jardim	7.113	8.608	71,0	74,6	Alta geração de riquezas, sobretudo industrial, com relação a sua população
11	10	Petrolina	7.202	8.601	268,3	260,0	Grande produção agrícola e dos serviços e baixa densidade populacional
		Pernambuco	7.337	8.065	8.485,4	8.502,6	

Quadro 2 - 10 municípios com maior PIB per capita de Pernambuco

Fonte: Agencia Condepe/Fidem

Essa observação da relação entre o PIB per capita das cidades no estado de Pernambuco é interessante, pois através dela, podemos ver algumas distorções relevantes para nossa análise.

Apartir do quadro acima podemos verificar que os três maiores PIB per capita do estado são de cidades próximas ao Recife, que possuem indústrias instaladas em seu território. Duas delas, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho são as cidades onde está localizado o porto e o pólo industrial de Suape. Itapissuma, que fica na Mata Norte de Pernambuco também está razoavelmente próximo à Capital. O que

⁸⁰ Órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia

nos dá certa confiança para dizer que parte da força de trabalho empregada nessas indústrias é formada por recifenses.

Confirmando essa tendência, segue abaixo um gráfico sobre a estrutura produtiva do município do Recife.

Pode-se observar claramente a grande participação do setor terciário (Serviços, Administração Pública e Comércio) na estrutura produtiva do Recife. Em quarta colocação, segue a indústria da construção civil, que é um dos componentes do setor secundário, só em quinto lugar aparece a indústria de transformação.

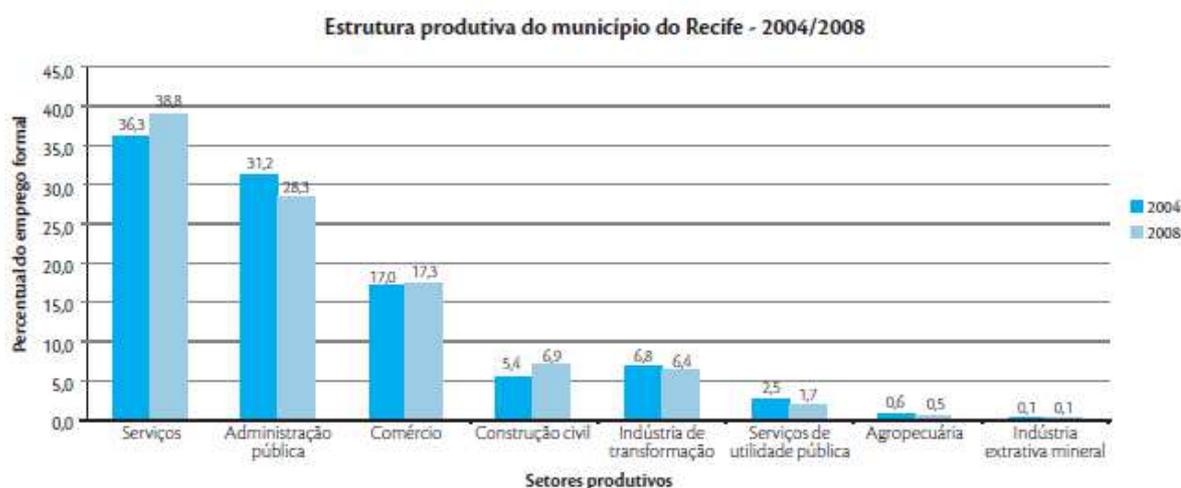


Gráfico 6 – Estrutura produtiva do município do Recife – 2004/2008

Fonte – RAIS/MTE Apud CGEE, 2011

Quando comparamos o valor agregado bruto (VAB) dos principais municípios da Região Metropolitana, vemos que há uma grande participação do setor secundário de Recife na produção industrial do estado. Porém, como foi observado acima, boa parte da participação de Recife no VAB da RMR se dá por causa da construção civil, conforme os dados do gráfico acima, ela representa mais da metade do setor secundário da capital.

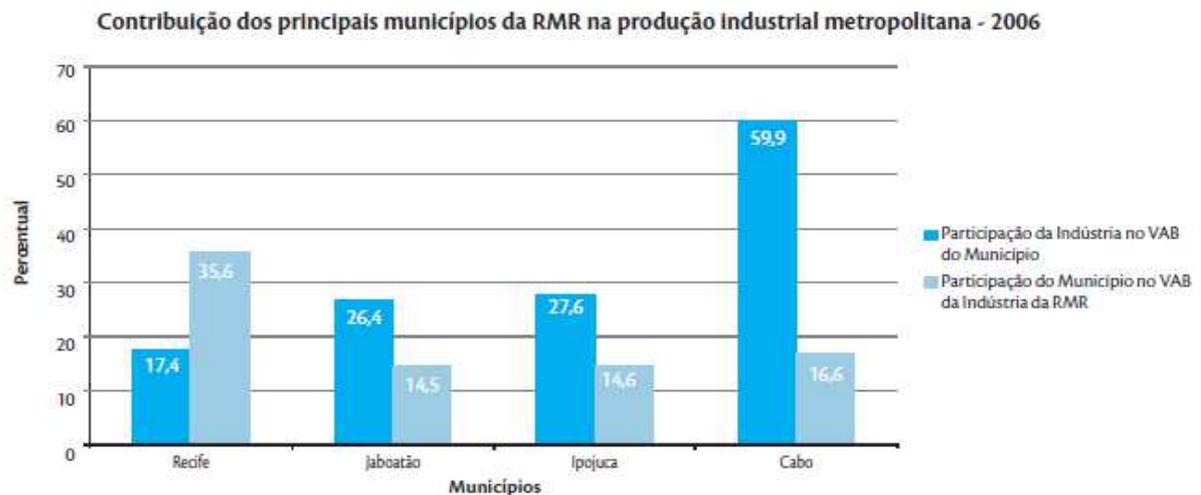


Gráfico 7 - Contribuição estimada dos principais municípios da RMR na produção industrial metropolitana – 2006

Fonte – Condepe/Fidem e IBGE Apud CGEE, 2011

O Gráfico 7, logo acima, ressalta a importância do setor industrial do Recife para a Região Metropolitana. Podemos ver que a participação da indústria no Valor Agregado Bruto da cidade é de apenas 17,4%, porém representa 35,6% do VAB da Indústria de toda a Região Metropolitana. Enquanto respectivamente Ipojuca e Cabo, com 27,6 e 59,9 contribuem com apenas 14,6% e 16,6% para o Valor Agregado Metropolitano.

3.3. INICIATIVAS DE OUTRAS UNIDADES SUBNACIONAIS

Estando identificadas as potencialidades do município, iremos observar as iniciativas de outras Unidades Subnacionais no Brasil. Assim, a observação de outros municípios nos dará subsídio para que possamos propor políticas municipais com o objetivo de atrair investimentos e desenvolver as relações internacionais da cidade.

Uma das unidades subnacionais que foram observadas, e será a principal fonte de comparação para esse trabalho é o município de Belo Horizonte. Este, além

de ser parceiro do Recife, é hoje uma dos municípios com maior atuação internacional.

A cidade de Belo Horizonte está comprometida com uma política de relações internacionais e para reafirmar essa postura e aprofundar as ações exteriores do município foi criada em 1º de janeiro de 2005 a Secretaria Municipal Adjunta de Relações Internacionais. Apesar de uma estrutura maior e com mais recursos, a atuação de cooperação internacional descentralizada desse município não é tão diferente do realizado na Prefeitura do Recife. Existem três níveis principais de cooperação, os Acordos de Cooperação, os programas de irmanamento e a participação em Redes Internacionais. A grande diferença entre as duas cidades está no número de atividades e parceiros envolvidos em cada estrutura. Enquanto a Prefeitura do Recife participa ativamente de três redes internacionais de cidades, a Secretaria Adjunta de Relações Internacionais mantém a Prefeitura de Belo Horizonte ativa em dez redes, entre elas, também a Rede de Mercocidades. Além disso, possui seis acordos de cooperação e dezesseis cidades irmãs. Esses números se dão ao fato, também, de que a atividade internacional da capital mineira data do ano de 1987, o que também explica a diferença de nível institucional, pois tal inserção internacional requer uma maior estrutura técnica e administrativa para manutenção e execução das atividades.

Um grande diferencial de Belo Horizonte é ter uma política municipal de internacionalização. Atuando nas frentes de Cooperação Internacional, Captação de Recursos e Fomento a cultura de exportação, essa vertente da atuação da secretaria faz com que a cidade contribua com o Estado em questões anteriormente consideradas fora da área de atuação municipal. Porém se encaixa perfeitamente na

nova lógica de atuação de unidades sub-estatais na promoção do desenvolvimento econômico local.

Além disso, a Prefeitura de Belo Horizonte através de sua Secretaria de Relações Internacionais assumiu a Secretaria Geral da Rede Mercocidades, a organização de uma série de eventos de cooperação internacional descentralizada em seu território, promovendo assim uma maior inserção internacional do município. O benefício, dessas ações, é fácil de deduzir, um maior reconhecimento por parte das cidades conectadas em rede, dos parceiros diretos e um maior aprendizado da cidade com experiências de outras unidades subnacionais no Brasil e no Mundo. Assim, a Secretaria de Relações Internacionais ajuda a pensar a cidade de Belo Horizonte, ajudando a promover o desenvolvimento por completo do município e a tornar sustentável o crescimento econômico local.

Outro caso que podemos observar aqui neste estudo é o caso da cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Relações Internacionais de São Paulo tem em mãos características muito específicas para lidar. Em seu próprio território possui um grande número de estrangeiros, sem qualquer equivalente no território brasileiro, agregando à cultura da cidade comunidades de imigrantes de várias origens, mas mais notadamente italianos e japoneses. Só por essa característica, a cidade de São Paulo já tem uma necessidade de se relacionar internacionalmente. Mas além disso, a capital paulista também é a maior economia, o maior parque industrial, o maior pólo industrial exportador, o maior pólo de turismo de negócios do país. Toda essa grandiosidade fez com que a cidade tenha sido uma das pioneiras na atividade internacional.

Também podemos dizer que São Paulo é a única cidade do Brasil a deter uma “política externa”⁸¹, logicamente dentro das limitações de atuação atribuídas a um município. Porém a cidade é a única a possuir um documento com parâmetros e princípios para o relacionamento internacional. Isso constitui uma política externa formal. Isso dá uma maior consistência à área na cidade, fazendo com que a sua atuação ganhe credibilidade para com os parceiros e com as redes que participa.

Apesar da carência de informação, um número impressiona, são 34 cidades irmãs, mas não constam informações sobre acordos de cooperação ou atuação em organismos internacionais de cooperação descentralizada.

Interessante observar aqui, que mesmo havendo uma maior institucionalização da atuação em São Paulo, esta não tem o mesmo nível de abrangência e de aprofundamento que a área possui em Belo Horizonte. Guardadas as devidas proporções, podemos dizer que a capital mineira supera a paulista em termos de atividade internacional, mesmo que em números absolutos de acordos, esteja atrás.

Porém é preciso que se diga que nem toda atuação internacional de São Paulo é concentrada na Secretaria da área. Esta é responsável por coordenar ações internacionais, mas as atividades ligadas ao comércio exterior ficam sob responsabilidade da secretaria responsável. Mas não constam informações sobre atividade internacional de captação de recursos, de políticas de promoção à exportações, semelhante aos da capital mineira.

Curitiba é uma das cidades pioneiras na atuação internacional entre cidades no Brasil. Sua estrutura de Relações Internacionais se localiza na Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais e Cerimonial, dividida em dois

⁸¹ RODRIGUES, 2004

departamentos explicitados no nome. A cidade possui 13 cidades irmãs. Porém, apesar de sua antiguidade, a capital paranaense não é destaque em relação à abrangência de sua atividade, apenas, por ser pioneira, e como está localizada próxima em um estado que faz fronteira com outros países do Mercosul, possui um relacionamento aprofundado com cidades desses países membros do Mercosul. Essa tradição também se estende a Porto Alegre, devido à proximidade e ao grande intercâmbio comercial e de turistas existente na região.

A respeito de Porto Alegre, não há uma Secretaria, mas como Recife, uma Coordenadoria de Relações Internacionais, que no caso, fica subordinada à Secretaria de Coordenação Política e Governança Local. Sua atuação, como já foi citado acima, está muito mais concentrada a países do Mercosul. Uma peculiaridade de Porto Alegre é a parceria desenvolvida com a Unesco⁸². Vale ressaltar que essa não é uma organização de cooperação descentralizada, e sim, um Organismo Intergovernamental tradicional, subsidiária da Organização das Nações Unidas (ONU).

3.4. O CRESCIMENTO DA CIDADE DO RECIFE

A cidade do Recife goza de uma localização geográfica extremamente privilegiada para promoção de desenvolvimento econômico e atração de investimentos nos próximos anos. Isto se dá em virtude da proximidade de focos de investimentos atuais e potenciais, que independente do êxito de políticas econômicas locais, puxará a reboque, o desenvolvimento do município em virtude desse desenvolvimento das áreas ao redor. Essa proximidade gera várias

⁸² Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

oportunidades que poderão ser aproveitadas de uma maneira ou de outra pelo município, mas se torna imperativo uma intervenção institucional por parte da Prefeitura para maximizar esse aproveitamento.

A teoria do fluxo de investimento se tornou necessária por que não é possível compreender os motivos do direcionamento de Investimentos Diretos a um país, pela observação das teorias de comércio e nem mesmo, pela teoria das finanças⁸³. Segundo autores dessa teoria, o que determina a escolha dos destinos para o investimento externo direto são as estruturas de mercado, ou seja, as imperfeições do livre comércio. O que está de acordo com os princípios da Teoria Econômica⁸⁴, de que a firma visa sempre maximizar seus lucros. Nesse caso, estamos acrescentando a questão da mobilidade espacial como forma de fazê-lo, ou seja, uma empresa que enxergue uma boa oportunidade de maximizar lucros, de atender a um novo mercado que dota de imperfeições de mercado, irá investir ou se transferir para locais que possuam as maiores vantagens comparativas possíveis.

Assim, as mais variadas explicações para um determinado investimento podem surgir. As mais visíveis, relacionadas diretamente a essas imperfeições de mercado são o aproveitamento das barreiras alfandegárias para fugir da competição com os concorrentes posicionados em outros mercados e o aproveitamento de vantagens comparativas relacionadas a diferença de mobilidade entre os fatores de produção⁸⁵. Para tanto, alguns autores defendem que a interferência governamental é uma das determinantes para a atração de investimentos externos diretos. Nessa linha de pensamento, se pretende colocar o desenvolvimento de ações a nível

⁸³ LIMA JR, 2005

⁸⁴ MANKIW, 2010.

⁸⁵ CAVES, 1971

municipal como ferramentas governamentais para a atração de IEDs para a cidade do Recife.

As razões para Recife ter crescido uma média, em termos reais, de 2,5%, entre 1999 e 2007 deve-se ao grande volume de investimentos atraídos a outros municípios da Região Metropolitana do Recife e à sua posição central para a economia nordestina. Interessante que nesse período, a Região Metropolitana do Recife (RMR) cresceu a uma média de 4%. Esses dados nos levam exatamente à ideia, citada acima, de que a economia da cidade foi puxada pelo desenvolvimento dos outros municípios que formam o território dessa região metropolitana⁸⁶.

A questão central agora, debatida em seminários promovidos pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife é de como fazer com que a cidade não se beneficie apenas do fluxo de profissionais vindos para investimentos do Litoral Sul (ou em breve do Litoral Norte). O objetivo é fazer com que o governo local promova e divulgue (para atrair investimentos) as Vantagens Comparativas do Recife.

Verificou-se, no estudo⁸⁷ que Recife concentra acima de 30% do PIB de Pernambuco e 50% da Região Metropolitana. Recife também concentra 42% da população metropolitana. Um volume como esses não pode ser ignorado pelos governos de nenhum nível do pacto federativo. Por mais que haja a necessidade de descentralizar o investimento em todos os estados do Nordeste, incluindo Pernambuco, a cidade que é o principal centro do dinamismo econômico de Pernambuco e um dos principais do Nordeste tem que ser pensado como cérebro desse desenvolvimento.

⁸⁶ CGEE, 2011

⁸⁷ Ibidem

Relevante também para a atração de investimentos é a capacidade de inovar de um município. É consenso que Recife é um centro pensante. Reforçando essa ideia o levantamento feito recentemente mostra que a capital pernambucana, junto com João Pessoa, forma o maior efetivo de pesquisadores em números absolutos da Região Nordeste, respectivamente 4.018 e 2.625 no ano de 2008. Esse número, quando pensado por milhão de habitantes se torna ainda mais relevante, sendo que a capital paraibana, com menor densidade populacional, concentra o maior número de pesquisadores por milhão de habitantes do Nordeste, 720,9 e a capital de Pernambuco o terceiro, com 473,5⁸⁸. Esses números dão ao Recife o título de centro intelectual do Estado e da Região Metropolitana. Essa característica é importante para a idéia de que tipos de investimentos poderão ser atraídos pelo município. Em primeiro lugar, é possível pensar que ele é o potencial lócus de atração de investimentos na área de serviços diferenciados, esse potencial foi recentemente afirmado com a inauguração do maior empreendimento para prestação de serviços da América Latina, conforme divulgado em discursos e pela mídia local. Um segundo potencial, mais específico, derivado dos dados acima é de serviços educacionais, algo que poderá se tornar cada vez mais relevantes com a necessidade de capacitação de mão de obra para utilizar nas indústrias atraídas para os arredores do Recife. Cabe aqui registrar um fato negativo em relação a esses números. Apesar de a cidade estar bem posicionada relativamente, em comparação com outras cidades do Nordeste e do Brasil, os números e os dados qualitativos deixam claro que a situação educacional do município é precária. É um setor que precisa ser enormemente trabalhado para que a cidade possa realmente atrair a demanda por serviços educacionais de alta qualidade. Em terceiro lugar,

⁸⁸ Ibidem

surge como alternativa a atração de investimentos na área de turismo. Este, irá se desmembrar em turismo convencional, turismo de negócios e turismo associado à prestação de serviços de saúde. A rede hoteleira do município está entre as maiores do Estado, o que se pode verificar por dados objetivos e através de uma observação empírica da cidade⁸⁹.

3.5. VANTAGENS COMPETITIVAS DO RECIFE

Inicialmente, é necessário explicar a razão para escolha deste termo no subtítulo. Evitando utilizar o termo da teoria econômica “Vantagem Comparativa”, substituindo por Vantagem Competitiva buscou-se ampliar a ótica do conceito presente na teoria econômica de Heckscher -Ohlin, sem abandoná-la. Tendo por base, o conceito de Vantagem Comparativa, aqui serão descritas dados que demonstram vantagens potenciais atribuídas ao Recife, assim, podendo ser transformadas em Vantagens Comparativas reais.

Como principal vantagem competitiva do Recife podemos citar a posição geográfica, entre um pólo de investimento consolidado e um polo de investimento potencial, que já começa a tomar forma e receber seus primeiros empreendimentos. O primeiro, o Complexo Industrial de Suape, alcança um patamar surpreendente em nível nacional. Possuindo um dos Portos mais modernos do país, dotado de investimentos estruturadores de grande porte, entre eles Indústrias Petroquímicas (Refinarias e outras indústrias que utilizam como matéria prima petróleo e derivados), Estaleiros⁹⁰, Usina de Energia Termoelétrica (mais recentemente foi anunciada uma nova usina termoelétrica de maior porte que poderá vir a ser

⁸⁹ Ibidem

⁹⁰ Ambos no plural, pois apesar dos investimentos principais, foram anunciados posteriormente novos empreendimentos no mesmo setor com objetivo de atuar de forma complementar.

alimentada por Gás Natural), Indústrias de vários setores. O segundo, o complexo que começa a tomar forma é no litoral norte do estado, na região ao redor do município de Goiana. Para lá já foi anunciada um grande investimento do setor automotivo, já existe um complexo farmacoquímico e estão em estudos a construção de um porto e um complexo industrial nos moldes do pólo de Suape e em adição, um aeroporto. O diferencial desse novo polo da mata norte, se vier a tornar-se realidade, é que os investimentos serão em formato de Parceria Público-Privada (PPP), ainda a definir exatamente as quotas de participação de cada um, respectivamente. Com os atuais investimentos e investimentos em perspectiva, podemos dizer que independente da situação do Recife, o mínimo que seja feito em prol de melhorias de infraestrutura urbana, desenvolvimento de capital humano e de atividades econômicas, irá ter um grande peso (positivo) no desenvolvimento local e do estado.⁹¹

Outra Vantagem Competitiva de Recife está nos centros de excelência acadêmica. Apesar de estar em segundo lugar no Nordeste, em números absolutos, e em terceiro em termos relativos, Pernambuco desponta como oitavo lugar em Conhecimento e Inovação, conforme quadro abaixo. Infelizmente a capacidade inovadora dos empreendimentos localizados na cidade não acompanha a capacidade instalada da cidade. O que demonstra ainda uma falta de interação entre o meio acadêmico e empresarial. Então, mesmo Recife oferecendo “vantagens comparativas sistêmicas” tais como infraestrutura, instituições de ensino e pesquisa, nível de escolaridade, sistema jurídico confiável, encontra-se uma barreira pouco citada: O conservadorismo das empresas. Por isso, não há uma interação para possibilitar a elaboração de serviços avançados e das denominadas “atividades

⁹¹ CONDEPE/FIDEM

criativas”. Dentre as poucas iniciativas que temos de boa interação entre academia e firmas, existe o Porto Digital, que se destaca na área de Tecnologia da Inovação. Essa é uma área, na qual visivelmente o governo municipal tem de interagir com o governo estadual e federal para promover uma situação mais benéfica ao desenvolvimento econômico.

Quadro 3 – Ranking de Competitividade com ênfase no Nordeste.

Unidade da Federação	ICE-F		Qualificação da força de trabalho		Conhecimento e Inovação		Infraestrutura	
	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank
São Paulo	0,849	1	0,903	2	0,834	1	0,809	2
Rio de Janeiro	0,792	2	0,866	3	0,698	2	0,811	1
Distrito Federal	0,744	3	0,949	1	0,511	7	0,772	3
Rio Grande do Sul	0,711	4	0,720	4	0,592	3	0,722	5
Paraná	0,696	5	0,717	5	0,647	4	0,724	4
Santa Catarina	0,648	6	0,708	6	0,573	6	0,662	6
Minas Gerais	0,589	7	0,567	8	0,594	5	0,608	8
Mato Grosso do Sul	0,506	8	0,619	7	0,313	16	0,586	9
Espírito Santo	0,475	9	0,482	11	0,333	12	0,610	7
PERNAMBUCO	0,436	10	0,529	10	0,357	8	0,423	13
Paraíba	0,432	11	0,540	9	0,356	9	0,399	14
Sergipe	0,408	12	0,459	12	0,256	20	0,505	10
Rio Grande do Norte	0,400	13	0,356	19	0,344	10	0,491	12
Goiás	0,401	14	0,394	15	0,302	17	0,506	11
Amazônia	0,385	15	0,426	13	0,330	13	0,400	15
Ceará	0,352	16	0,367	16	0,336	11	0,331	22

Fonte: CGEE. Inovações tecnológicas em cadeias produtivas selecionadas: Oportunidades de negócios para o município de Recife (PE) – Página 64.

No Quadro 3, no qual podemos ver um Ranking de competitividade nacional entre Unidades da Federação, vemos que Pernambuco ainda está longe de atingir o

patamar de São Paulo, que lidera a lista. Porém é interessante observar que Pernambuco se coloca como primeiro do Nordeste e é seguido de perto pela Paraíba em relação à Conhecimento e Inovação. Isso se deve em grande parte das Vantagens Competitivas do Recife, é nesse sub-indicador que Recife concentra a maior parte da capacidade instalada em Pernambuco⁹².

O Porto Digital é uma iniciativa mista, entre o governo de Pernambuco, a Prefeitura do Recife, Universidades e a iniciativa privada. Trata-se de um arranjo produtivo organizado em torno de uma associação civil sem fins lucrativos. Criado no ano de 2000, o Porto Digital se ampliou e iniciou recentemente uma ampliação de seu caráter, que era exclusivamente voltado para a Tecnologia da Informação, para outras áreas da inovação, abrindo o leque para a chamada Indústria Criativa. Atualmente, o Porto Digital conta com aproximadamente 170 empresas funcionando sob o seu arranjo produtivo, além de cerca de 14 empresas que prestam serviços associados às empresas concentradas no desenvolvimento de novos produtos. Esse número deve crescer consideravelmente quando o território habilitado para receber os incentivos do Porto Digital for ampliado do Bairro do Recife para o Bairro de Santo Amaro, previsto para o início do ano de 2012. Assim como, com a ampliação do caráter do Porto Digital, para a área de indústria criativa e serviços avançados, crescerá o público alvo do arranjo produtivo.

Outro diferencial do município é a riqueza do patrimônio histórico, artístico, cultural, riqueza imaterial que faz da cidade e da região metropolitana um foco pulsante⁹³ que pode se tornar base de sustentação para a indústria criativa. O diferencial, é importante que seja ressaltado, não é apenas do município do Recife. Embora este tenha papel de destaque, a região metropolitana é uma grande fonte

⁹² CGEE, 2011

⁹³ RECIFE, 1981

de inspiração de várias maneiras diferentes⁹⁴. O próprio Porto Digital, já citado acima, aproveita bastante desse potencial, mas tanto para o turismo, quanto para a construção de uma indústria criativa, essa capacidade instalada ainda é subaproveitada.⁹⁵

Tendo isto em vista, além dos dados citados acima que serão tratadas com um pouco mais de detalhes, é necessário incluir um dado sobre a competitividade de Pernambuco. Não foi encontrado um dado semelhante específico sobre a cidade do Recife, mas este dado não perde relevância devido ao fato do peso da capital no produto interno do estado. O dado, é que Pernambuco está posicionado em décimo no ranking do Índice de Competitividade dos Estados – ICE. O primeiro do Nordeste, seguido por Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte (tanto no ranking nacional como se comparado apenas aos estados nordestinos). À frente de Pernambuco neste ranking estão São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Importante, ainda no Quadro 3, observar o posicionamento de Pernambuco em relação aos outros estados do país. Os índices alcançados pelo estado são interessantes por dois motivos. Comparativamente se vê que a posição de Pernambuco é relevante, também percebe-se que o fenômeno recente de desenvolvimento na região metropolitana encontra paralelo com a posição de Pernambuco. Porém fica claro, ao observar os dados absolutos e mesmo ao compará-lo com os estados mais competitivos que ainda estamos longe de atingir

⁹⁴ PERNAMBUCO, 1998

⁹⁵ CGEE, 2011

um patamar de competitividade que possibilite um substancial desenvolvimento econômico “sustentável e perene”.⁹⁶

Apesar do destaque no ranking nacional, conclui-se a partir do quadro de número quatro, que Pernambuco alcança apenas o que poderíamos qualificar de “intermediário”, numa escala de muito baixa, baixa, intermediária, alta e muito alta.

Logicamente, vemos que a situação de Pernambuco e do Recife não é a que espera-se que cheguem a ter. Porém é interessante perceber que devido aos investimentos atraídos, ao atual cenário que se desenrola, a tendência de desenvolvimento é clara para os próximos anos. O que indica que mesmo com escolhas equivocadas ou sub-ótimas, ainda assim Recife alcançará um patamar melhor do que alcança hoje. Porém se boas escolhas forem feitas, e as políticas econômicas federais, estaduais e municipais convergirem a escolhas ótimas teremos assim um cenário de desenvolvimento econômico bem melhor do que temos hoje, com possibilidade de mantermos a evolução por um tempo prolongado, diferente das experiências anteriores do país. Para isso, é preciso que sejam adotadas políticas que tornem esse crescimento sustentável.

⁹⁶ Palavras citadas pelo Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Marcelino Granja em referência ao Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Accioly Campos.

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE UNIDADES SUBNACIONAIS: A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Como já foi mencionado anteriormente, o conceito inicial das relações internacionais foi desafiado, entidades privadas começaram a agir ultrapassando as fronteiras, criando uma nova situação. Organismos Não Governamentais (ONG), Empresas Multinacionais, fizeram frente ao monopólio do Estado nas questões internacionais. Seus representantes ganharam espaço em fóruns de discussão antes permitidos apenas a Chefes de Estado e/ou de Governo. Os casos citados da Cruz Vermelha e da General Motors são emblemáticos.

No entanto apesar de ter certa autonomia em relação aos Estados, esses novos atores privados, repito, como já foi mencionado, ainda ficaram submetidos às soberanias dos diferentes países em que se instalassem. Assim, não podiam agir com autonomia e sem a anuência dos Estados. Podemos acrescentar aqui também que esses novos atores não possuem a legitimidade de representar uma população, de terem seus representantes eleitos, políticas aprovadas por uma população. Representam interesses privados, de um grupo de investidores ou de uma fração organizada da sociedade civil, respectivamente.

Porém de forma semelhante, essa abertura do cenário internacional abriu espaço para uma nova espécie de ator internacional, os entes sub-estatais, para que assim eles passassem a agir com certa autonomia no ambiente internacional. O que nos traz de volta a questão da problemática jurídica, e de legitimidade política já mencionada no tópico 2.2 desse mesmo trabalho.

4.1. ATORES SUBNACIONAIS PELO MUNDO

Para falar desse tema surge uma grande dificuldade, devido a juventude do tema, existe uma bibliografia muito restrita e nem sempre acessível quanto às

relações internacionais de atores subnacionais pelo mundo. Para essa parte do trabalho foram utilizados alguns artigos, trechos de capítulos de livros relacionados ao tema e informações fornecidas pelos próprios governos nacionais e regionais sobre sua estrutura e atuação. Por isso, infelizmente não é possível traçar um panorama mais aprofundado sobre os atores subnacionais ao redor do mundo, mas apenas uma semente de sistematização sobre o tema, que poderá ser abordado posteriormente em trabalhos específicos.

A União Européia, como em muitos campos, está à frente do mundo nas iniciativas de cooperação internacional descentralizada. Existe um regulamento comunitário⁹⁷ que estabelece parâmetros e limites para a atuação internacional de atores de nível subnacional. Essa regulamentação ocorre em nível Comunitário, ou seja, externo às legislações nacionais dos membros da União Européia. Porém como todo organismo intergovernamental⁹⁸, as normas precisam ser nacionalizadas pelos seus países membros, portanto, obtendo força de lei nacional dos que o fazem. Em analogia, o regulamento criador da moeda única, da uniformização das normas aduaneiras e da “TEC”⁹⁹ também passaram por esse processo.

Essa normatização serve bem às necessidades de atores subnacionais convencionais. Porém devido à complexa história da composição dos Estados ao redor do mundo, em especial os europeus, alguns casos em particular chamam a atenção devido às prerrogativas mais avançadas para cooperação internacional em algumas regiões, que por algum motivo, gozam de maior autonomia em relação ao governo central. Podemos citar as regiões autônomas de Catalunha e País Basco,

⁹⁷ http://europa.eu/legislation_summaries/other/r12004_pt.htm, acessado em 16 de novembro de 2011

⁹⁸ Termo utilizado em SEITENFUS, 2008.

⁹⁹ TEC – Tarifa Externa Comum, mecanismo que uniformiza as tarifas aduaneiras dos membros do bloco comercial para terceiros países. É requisito para que um Bloco Comercial seja considerado uma União Aduaneira. MAIA, 2010.

ambas na Espanha, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, no Reino Unido, Açores e Madeira, em Portugal, por fim, a Sardenha e a Sicília, na Itália. Todas essas regiões tem em comum algum nível de autonomia em relação ao governo central do seu país, essa autonomia inclui a possibilidade de manterem relações com localidades de outros países. Esses casos especiais são explicados por razões históricas, relativas à formação dos países em questão. Também é um fator em comum a esses casos o histórico de terem sido anexados aos países que hoje integram, e, portanto, reivindicam o direito de tomar suas próprias decisões e serem reconhecidos, senão como Estado, ao menos enquanto Nação. Alguns desses casos com possibilidade de manter relações até com organismos intergovernamentais e países, mas sempre com um incentivo para que as relações se concentrem dentro do âmbito da União Européia.

Na Ásia esse fenômeno se repete apenas na China, com diferenças óbvias, que podemos atribuir às diferentes trajetórias político-econômicas ao longo da história, experimentadas por cada uma desses continentes. No continente asiático, as comunidades autônomas são fruto principalmente das influências coloniais européias. Especificamente na China, Hong Kong e Macau são províncias chinesas que estiveram por muito tempo sob domínio europeu (respectivamente britânico e português) e recentemente foram devolvidas à administração chinesa, mantendo por força de acordo internacional, uma autonomia local muito relevante. Além de possuírem leis diferentes das em vigor no país, essas províncias autônomas gozam de relações notadamente desenvolvidas com suas antigas colônias.

Um caso polêmico é Taipé (ou Taiwan), não estudado nesse trabalho pois seria necessário um espaço maior sobre ele, considerado pela República Popular da China, uma província rebelde. Sua autonomia é tanta, que esta chegou até a

integrar a Organização das Nações Unidas desde sua fundação, sendo expulsa como condição para o ingresso da “China continental” na organização. Por ser uma província rebelde, não mantém relações político-administrativas com Beijing, mas também não é reconhecida internacionalmente¹⁰⁰ como um país soberano. Assim, mantendo a condição de rebelde, porém continuando a manter relações com diversos países, sendo uma das economias mais abertas do mundo.

4.2 REGIÕES AUTÔNOMAS EUROPEIAS

Em qualquer região do mundo, atores subnacionais organizam-se para manter relacionamentos internacionais com seus pares, em outros países, isso é visível ao analisar brevemente o tema. No continente europeu, porém, devido ao seu elevado grau de complexidade política, fruto de séculos de uma história político-econômica conturbada, existem algumas situações onde o Estado não é necessariamente um Estado-nação. Dentro dessa perspectiva, diversos conflitos surgiram, onde parcelas de países buscaram sua autonomia em relação ao governo central. Não obtendo sucesso, essas parcelas não se contentaram com o status de província, departamento, estado-membro, de tal forma, que politicamente adquiriram uma relativa autonomia administrativa e política, dentro da tutela do poder central.

Esse é o caso das chamadas Regiões Autônomas. Os casos mais famosos citados nesse trabalho, provavelmente são do País Basco e da Irlanda do Norte, graças aos recentes conflitos encabeçados respectivamente pelos grupos guerrilheiros separatistas ETA¹⁰¹ e IRA¹⁰². No entanto não são por questões

¹⁰⁰ Vários países reconhecem Taiwan como Estado, porém não chegam a ser maioria. Fato é que Taiwan, sob o nome de República Democrática da China foi um dos países fundadores das Nações Unidas, só posteriormente substituído pela República Popular da China.

¹⁰¹ Euskadi Ta Azkatasuna, Pátria Basca e Liberdade, em tradução livre do Euskera, língua oficial do País Basco.

¹⁰² Irish Republican Army, Em tradução livre do inglês, Exército Republicano Irlandês

separatistas que essas regiões estão presentes nesse trabalho, e sim pelos seus avançados estágios em de relações externas.

O País Basco possui uma estrutura interessante de Relações Internacionais. Essa estrutura deriva da autonomia que essa Região Autônoma adquiriu após a morte do ditador Franco, com a promulgação da constituição de 1978. Uma estrutura política foi criada no âmbito da “Presidência do Governo Basco”, um organismo de relacionamento com o exterior denominado “Secretaria Geral de Ação Exterior”, subdividida em três coordenações, “Ação Exterior”, “Assuntos Europeus” e “Cidadãos e Coletividades Bascas”. Dentre as funções da Secretaria Geral de Ação Exterior está planejar e desenvolver ações no ambiente internacional, manter relações com corpo diplomático e consular, organizar a participação da comunidade autônoma em acordos, tratados e organizações internacionais, sob as condições e supervisão do Estado (espanhol), além de coordenar representações bascas no exterior (são seis delegações bascas no exterior, entre elas uma na Bélgica para a União Européia e uma em Buenos Aires para o MERCOSUL) e as ações internacionais de promoção empresarial. Interessantemente, está também o tópico “coordenação institucional com a Administração do Estado no seguimento de relações exteriores” que afetem a comunidade autônoma.

É possível perceber aqui, que há uma supervisão e necessariamente reconhecimento do governo espanhol para as ações internacionais do governo autônomo basco. Porém também é possível perceber uma maior autonomia e amplitude de ação, em relação aos atores subnacionais convencionais, mesmo para os padrões de comunidades autônomas européias.

Esse não é o único caso de maior autonomia nas relações internacionais de entes subnacionais na Espanha. Há também o caso da Catalunha. A autonomia

catalã, e sua atividade internacional têm origem também na promulgação da constituição de 1978. Apesar de não ter o nome de “país” como o seu semelhante, a Catalunha goza do mesmo espaço político e jurídico concedido ao seu par. Possui também sua própria língua, que se assemelha com o Castelhana. As nomenclaturas que definem a estrutura mudam, mas as funções e escalas se mantêm, na Catalunha há uma Secretaria de Relações Exteriores, dentro do Departamento da Presidência, exatamente como na estrutura do País Basco. Há de se ressaltar, que a Catalunha possui uma normatização interna para sua “política externa”. Semelhante ao que acontece com um Estado Soberano, a Comunidade Autônoma da Catalunha estabelece seus próprios parâmetros para estabelecer diálogos e acordos com atores externos. Subtende-se, que a Ação Exterior dessas comunidades é permitida pelo Estado Espanhol e, portanto, essas normatizações ou parâmetros, precisam estar dentro dos limites impostos por Madrid e pela Constituição de 1978. Diferente do País Basco, no entanto, a Catalunha não possui representações oficiais no exterior, apenas associações privadas de difusão da cultura catalã, que são as CCE (Comunidades Catalães no Exterior). Existem três dessas Comunidades no Brasil, todas localizadas na cidade de São Paulo.

Outro caso de Comunidades Autônomas, são os países que compõem o Reino Unido, apesar de não serem Estados dotados de soberania, são regiões com considerável autonomia administrativa, inclusive para atuação internacional. Porém precisamos separar o *status* da Irlanda do Norte, que possui um pouco mais de autonomia em relação à Escócia e o País de Gales. O contexto desses Estados explica sua atuação internacional, especialmente, pelas diferenças em relação à formação do Estado central espanhol.

No Reino Unido, sempre houve uma tradição centralizadora, com poucos conflitos separatistas após as duas grandes guerras. Excetuando o caso das Irlandas, Escócia e País de Gales sempre tiveram relações muito pacíficas com *Westminster*¹⁰³, mesmo mantendo suas tradições e identidades nacionais. Apesar disso, o Estado britânico sempre teve um caráter de concentração de poder. Assim, a autonomia do poder “periférico” foi criada com certa facilidade, porém muito tarde para a tradição pacífica das relações políticas britânicas (talvez pelo medo de que essa tradição pacífica se perdesse ou por receio de que as reivindicações pan-irlandesas ganhassem fôlego). Mesmo sendo uma exceção, a Irlanda do Norte também teve uma transição pacífica para a “devolução” de poder, visto que o processo ocorreu após as experiências do País de Gales e da Escócia serem bem sucedidas.

A Escócia e o País de Gales passaram por consultas populares sobre a instalação de uma estrutura política de Estado, submissa ao poder central em Londres, o que obteve uma grande aceitação da população. Um dos aspectos que foi fundamental para a melhor aceitação da população do que a independência foi a atribuição de uma relativa autonomia dos “*Devolved States*” para manter relações externas, entre as quais, União Européia, e outros países, desde que após permissão do Parlamento de *Westminster*. Observe-se que há aqui uma explícita assimetria entre os atores subnacionais dentro do próprio sistema britânico. Enquanto a Inglaterra possui subdivisões dentro do seu território, entre elas o governo da Metrópole de Londres, os governos de Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte são tratados como países sem soberania em relação à Inglaterra. Mesmo entre esses reinos sem soberania, há diferenças explícitas em seu tratamento,

¹⁰³ Denominação dada ao Parlamento do Reino Unido, devido à sua localização na cidade de Londres.

assim, poderíamos classificá-los em duas posições, Escócia e País de Gales, e num outro patamar, com quem Londres demonstra mais cautela em lidar, a Irlanda do Norte.

Porém notou-se que essa atividade internacional se concentrou muito mais no âmbito das relações da Câmara Comum (entre Irlanda, Escócia, Irlanda do Norte, País de Gales, Poder Central e o governo metropolitano de Londres) e com países da Commonwealth, que já possuíam relações estratégicas com o Reino Unido.

A atração da atividade internacional para a opinião pública, segundo Keating, se deu pela observação de que a Irlanda experimentava um grande crescimento econômico, superior ao experimentado pela média do Reino Unido e superior aos índices do País de Gales e da Escócia. Assim, a possibilidade de compartilhar experiência de políticas bem sucedidas atraiu a atenção dos eleitores durante o pleito.

Do outro lado, na Irlanda do Norte, a argumentação a favor da “devolução de poderes” teve como base a dicotomia de se manter submisso ao poder central, tendo a exigência legal de submeter as decisões políticas mais importantes ao Parlamento de Londres, e por outro lado, a futura criação da Câmara Norte-Sul, com conhecimento prévio da pauta por Londres. A possibilidade de manter relações diretas com a Irlanda (Sul) fez com que a população católica da Irlanda do Norte se sentisse atendida, e por outro lado, a manutenção da ligação direta e da necessidade de aprovação de Westminster às políticas “devolvidas” fez com que os protestantes também ficassem confortáveis com a “devolução” de poderes.

Assim, a Irlanda do Norte, mantém o mesmo nível de relações que a Escócia e o País de Gales, porém atuando num fórum considerado sem paralelo no mundo, um diálogo bi-lateral entre os parlamentos da Irlanda e da Irlanda do Norte,

atravessando a “fronteira” do Reino Unido, sem que haja necessidade de uma intervenção direta do poder de Londres, apenas uma expressa e contínua conviência com a pauta e as decisões tomadas.

Outro fator, relevante para as Relações Internacionais nesses países é a retomada da discussão do conceito local de Nação. Apesar de fazerem parte do Estado britânico, essas regiões vêm paulatinamente adquirindo maior identidade nacional com suas próprias raízes em detrimento ao sentimento de nacionalidade britânica, o que se reflete nos resultados das eleições, onde os partidos nacionalistas Galeses e Escoceses lideram a votação absoluta, ficando fora do gabinete apenas devido à aliança entre Trabalhistas, Liberal-Democratas e por vezes, do Partido Conservador, não necessariamente todos, ou nessa ordem, mas obtendo vantagem numérica para um governo de coalização majoritário, já que os nacionalistas regionais até então não atingiram uma maioria superior ao total de votos dos outros partidos. Mesmo assim, questões como ensino das línguas nacionais nas escolas, utilização na vida em sociedade e documentos dos governos devolvidos, vem ganhando força e até espaço em votações dos parlamentos nacionais. O que não se reflete em um relacionamento conturbado com Londres, apesar das divergências, e da latente dominação dos partidos que são considerados “*unionists*”¹⁰⁴.

Em princípio, é preciso explicar a regra geral para essas comunidades no Reino Unido. Foram criados no sistema jurídico os conceitos de “*devolved State*” e “*sovereign State*”. Esses conceitos se equivalem ao conceito republicano do Estado

¹⁰⁴ Unionistas em tradução direta do autor, são os partidos que estão presentes em todas as subdivisões do Reino Unido e mantém foco em políticas nacionais, diferentes dos partidos nacionalistas que estão presentes apenas nas suas respectivas regiões nacionais.

Membro¹⁰⁵ e Estado Soberano. O sistema de governança “devolvida”¹⁰⁶ parte do princípio que os integrantes do Reino Unido já foram Estados Soberanos, e portanto, devolve parcialmente a autonomia governamental para esses “membros” da união de reinos. O Estado Soberano, portanto, é o reino dominante, no caso do Reino Unido, a Inglaterra. Há uma diferença latente entre os conceitos de república federativa e de reino unido. No primeiro, os pactuantes de mesmo nível são juridicamente e politicamente iguais. No sistema de reino unido, porém, há diferenças jurídicas e políticas entre os *devolved states* e o *sovereign state*. Em outras palavras, a Inglaterra possui um status jurídico e político diferente da Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Embora que todos esses quatro “reinos” elejam parlamentares e contribuam para a eleição do primeiro-ministro e chefe de governo (no caso de chefe de estado, não há eleição, visto que este posto é passado por critérios de hereditariedade da família real britânica¹⁰⁷).

Genericamente, os *devolved states* participam do conselho de estados britânicos, gozam de participação na *Commonwealth*¹⁰⁸, da Organização das Nações Unidas e organismos subsidiários, da OCDE e de relações bilaterais. A Irlanda do Norte, ainda possui um relacionamento peculiar com a República da Irlanda, através do Conselho Norte-Sul, criado na década de 1980 para promover o diálogo entre as duas “Irlandas” e diminuir as tensões entre católicos e protestantes dentro da Irlanda do Norte. Comparativamente com qualquer outro governo subnacional ao redor do mundo, os “*devolved states*” têm uma atividade

¹⁰⁵ Estado Membro ou Estado Parte, aquele Estado que adere a uma Federação ou Confederação e cede sua soberania à União, idéia baseado nos princípios propagados pelas publicações dos “Federalistas” nos Estados Unidos da América.

¹⁰⁶ Devolved Governance System. WINCHESTER; STOREY, 2008.

¹⁰⁷ O atual Chefe de Estado do Reino Unido (assim como de todos os Estados da Commonwealth) é a Rainha Elizabeth II, que também ocupa o cargo de líder (Governadora Suprema, em tradução livre) da Igreja da Inglaterra, religião oficial do Reino Unido

¹⁰⁸ *Commonwealth of Nations*, organização intergovernamental de países que formavam o Império Britânico, com exceção de Moçambique e Ruanda.

internacional muito mais aprofundada, mais comparável a de um país qualquer do que a um estado-membro ou município da maioria dos países.

Como já foi dito, o principal argumento a favor de uma política descentralizada de relações exteriores foi a possibilidade de compartilhar experiências econômicas exitosas de outros países, a princípio da República da Irlanda, mas posteriormente isso se mostrou mais amplo. Podemos considerar a iniciativa do Reino Unido de devolver poderes aos Reinos Periféricos como exemplo para nosso sistema de República Federativa, onde Estados-membros e Municípios são considerados entes da Federação, mas devemos guardar as devidas proporções, pois apesar das identidades regionais, estaduais e municipais, não há no Brasil nenhum movimento consistente que identifique Nações, anteriormente soberanas, submetidas ao poder central. O mesmo se aplica às Políticas adotadas do Reino da Espanha, especialmente em relação à contenção de pressões pró-separatismos. No Brasil há uma tradição pacífica na Política e na Economia, o que se por um lado não dá argumentos para um elevado grau de autonomia, dá argumentos para que o governo central conceda certa autonomia para relações entre unidades subnacionais equivalentes, em outras palavras, mantenham atividades internacionais respeitando a simetria dos atores.

Por fim, dentro do âmbito da Europa, é relevante tratar o caso das regiões autônomas portuguesas da Madeira e dos Açores. Porém, ambas não tem atuação internacional muito ampla. As duas têm a restrição de manter suas relações internacionais no âmbito da União Européia. Apesar de deterem relativa autonomia político-administrativa, ela não se estende à atividade internacional das Regiões Autônomas.

A coordenação das ações exteriores da Região Autónoma de Madeira se dá no âmbito da Vice Presidência Regional (junto com a Justiça, Comércio, Energia e Indústria), consistindo apenas em Assuntos Europeus.

Por outro lado, os Açores possuem uma Subsecretaria Regional de Assuntos Europeus e Cooperação Externa, dentro do âmbito da Secretaria Geral da Presidência.

O caso de Portugal, apesar de relevante, não é algo muito diferente do que já existe no Brasil, porém restrito às comunidades autônomas já citadas. O que podemos tirar de exemplo do caso português é a permissividade do poder central para que unidades subnacionais mantenham relações diretas com o organismo de integração regional que o país já faz parte, no caso de Portugal, a União Europeia. Isso abriria uma possibilidade de que as cidades e Estados-membro do Brasil, entre elas Recife e Pernambuco, mantivessem relacionamento direto com a estrutura do Mercosul com objetivo de promover suas necessidades regionais e buscar maior cooperação dentro do bloco. A iniciativa da Rede de Mercocidades segue nesse sentido, porém criando uma nova estrutura, tendo por âmbito, o Mercosul.

4.3. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA NA CHINA

Na República Popular da China as regiões denominadas Regiões Autônomas não gozam realmente de autonomia administrativa diferenciada. As regiões na China que possuem realmente autonomia são as Regiões Administrativas Especiais, Hong Kong e Macau, além da província rebelde de Taiwan.

Como se trata de um caso polêmico e não resolvido, Taiwan não estará no foco da discussão nesse trabalho. Isso porque, o trabalho trata de atores

subnacionais, e por ser rebelde, nega-se a estar submetido à soberania da República Popular da China. Então, apesar de não ser reconhecido pela maioria dos países como Estado Soberano, um semi-Estado, ou Estado incompleto, *status* comparável ao da Palestina.

Já Hong Kong e Macau têm as características que interessam a esse capítulo, são entes infra-Estatais, que por algum motivo histórico detêm autonomia diferenciada em relação ao governo central¹⁰⁹. Em ambos, a autonomia dessas regiões vem do fato de terem sido recentemente restituídos à administração chinesa por países Europeus. Hong Kong foi devolvida à China pelo Reino Unido, Macau foi devolvida por Portugal. Nos atos de devolução, as antigas “metrópoles” exigiram por meio de acordo internacional a manutenção da autonomia político-administrativa dessas regiões¹¹⁰.

A autonomia dessas regiões chama a atenção devido ao contraste em relação às demais divisões administrativas chinesas. A maior parte das regiões chinesas possui pouca autonomia administrativa efetiva, participando de um sistema extremamente centralizado, onde o poder e os recursos se concentram no governo central e no Partido Comunista Chinês. Não entrando no mérito das questões relativas à democracia e às questões sobre representatividade, a questão é que Hong Kong e Macau são as únicas parcelas do território chinês onde o direito ao sufrágio universal¹¹¹ é garantido por força das Leis Básicas de cada uma das regiões, estabelecidas pelo governo chinês em acordo com os antigos soberanos dos respectivos territórios, Reino Unido e Portugal¹¹².

¹⁰⁹ CALVOCORESSI, 2011

¹¹⁰ *Ibidem*

¹¹¹ Para escolha exclusiva dos governos locais

¹¹² De acordo com as respectivas Leis Básicas de Hong Kong e de Macau.

Nas regiões autônomas, apesar de persistir o conceito de nacional para algumas situações, o conceito que predomina para relações jurídicas é o de residente, o que faz possível a participação de “estrangeiros” na estrutura do governo das regiões administrativas especiais. Essa questão conceitual abre a possibilidade de uma maior inserção da população “estrangeira” no governo e na sociedade dessas regiões, abrindo maiores possibilidades de interação social, diferente do que acontece em regiões administradas por Beijing.

Em Macau a estrutura de relações internacionais está concentrada dentro no Chefe do Executivo e sua assessoria, apesar de existir alguma estrutura dentro da Secretaria para Economia e Finanças. Essa região administrativa especial mantém relações com Portugal, União Européia, com a Organização Mundial do Comércio e uma estrutura semelhante às anteriores para relacionar-se com a República Popular da China.

Quanto a Hong Kong, não existem disponíveis no site do governo informações sobre sua estrutura ou sua atuação para as relações internacionais. Porém é de conhecimento do meio acadêmico¹¹³ que Hong Kong mantém relações especiais com o Reino Unido, com a Commonwealth e com a Organização Mundial do Comércio. No entanto seria necessário um estudo específico para determinar a amplitude e limitações da atividade internacional do governo regional. É importante ressaltar que não há nada previsto na Lei Básica de Hong Kong sobre essa possibilidade, competindo à representação de Hong Kong em Beijing dialogar com a China sobre essa possibilidade.

Se nas demais regiões da China o investimento vindo do exterior é extremamente farto, em Macau e em Hong Kong esse fenômeno é ainda mais forte.

¹¹³ CALVOCORESSI, 2011

Suas economias são extremamente fortes, especialmente essa segunda região. O antigo protetorado do Reino Unido tem economia tão forte e internacionalizada que até hoje, seus dados são contabilizados à parte, Balança Comercial, PIB, etc. Até mesmo o índice da Bolsa de sua bolsa é anunciado à parte da bolsa de valores de Pequim, algo que só encontra paralelo em Nova York, onde duas bolsas (Dow Jones e Nasdaq) diferentes são anunciadas em noticiários ao redor do mundo.

4.4. CONCLUSÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Ao comparar o Recife com essas unidades subnacionais específicas é interessante observar que existem razões baseadas nos contextos sociais e políticos para explicar o nível de autonomia conquistado por esses casos específicos, em lugar de ser uma regra para todas as unidades subnacionais.

Na maioria dos casos dessas unidades subnacionais que gozam de maior autonomia, há um histórico de conflitos armados, onde num dado momento da história a região passou a ser subordinada à autoridade do País em questão. Tanto no Reino Unido, quanto na Espanha, como também nas antigas colônias européias na China que originaram as Regiões Administrativas Especiais. A única exceção dos casos estudados são as Regiões Autônomas Portuguesas, que receberam seu status de região autônoma devido ao seu isolamento, já que as duas regiões são ilhas.

Podemos concluir nesse capítulo que o nível de autonomia conquistada por essas regiões não é algo que deva ser buscado por Recife ou por Pernambuco. Apesar de na história da capital e do Estado, ter havido uma série de insurreições armadas, o motivo das tentativas de separação eram sempre econômicos,

ideológicos ou administrativos, mas nunca por razões de identidade nacional ou por disputa de soberania. O que não significa, de nenhuma forma, que devamos deixar de buscar a autonomia atribuída ao município pela Constituição Brasileira de 1988, que ao caracterizar os municípios como membros partícipes da federação, concedeu um status maior do que apenas divisão administrativa. Essa caracterização como membro da federação também atribui aos municípios autonomia, porém uma autonomia limitada pelo sistema fiscal instalado no país. E é essa autonomia que possibilita, entre outras coisas, a execução de políticas de relações internacionais descentralizadas.

Assim como no caso das Regiões Autônomas, não é possível imaginar atuação internacional descentralizada sem a anuência explícita do governo central. Isso sequer é alcançado por nenhum dos casos estudados, e possivelmente, nenhum ente subnacional no mundo. Apenas para deixar claro o limiar, regiões que atuam sem a anuência de um governo central ou são Estados ou “quase Estados”, como Palestina (que luta pela demarcação de um território próprio onde hoje é território de Israel) e Taiwan (considerada pela China uma província rebelde e reconhecida por alguns países como um Estado soberano, mas sem esse status formalmente).

Por fim, podemos chegar a uma última conclusão, de que é plenamente possível que entes subnacionais mantenham relacionamentos com seus pares, e até com outros tipos de atores internacionais, como Organizações Internacionais (na maioria das vezes organismos específicos para municípios ou estados e departamentos).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito neste trabalho, municípios tinham uma tradição de realizar apenas políticas de caráter microeconômico, visto que sua abrangência é apenas localizada no território municipal. Porém devido à atual interdependência global, onde um município é diretamente afetado pelos acontecimentos mundiais, diretamente afetado pelas políticas nacionais, regionais e estaduais, o município viu-se compelido no período recente a adotar uma postura proativa em relação às suas necessidades político-econômico-sociais, adotando políticas em sua área de atuação que contribuam ou complementem as políticas macroeconômica aplicadas por atores de esferas superiores.

A partir dessa compreensão foi analisada a atuação da Cidade do Recife na política de relações internacionais descentralizadas, observando sua estrutura política, seus níveis de atuação, as relações econômicas internacionais da cidade, comparamos com outras unidades subnacionais do Brasil, com experiências internacionais, com o objetivo de compreender a profundidade e a necessidade de ampliar essa política.

Conclui-se então, que a Cidade do Recife está inserida num ambiente em que a Globalização torna toda a política e economia da cidade intimamente ligada com as esferas superiores. Sequer podemos separar claramente a economia municipal, metropolitana e estadual, havendo entre elas, sempre uma área de penumbra tornando-as interdependentes. Um pouco mais clara é a separação entre as esferas estaduais, regionais, federais e globais. Porém sabemos, com muita clareza que não há menos interdependência entre essas esferas, apenas uma divisão mais clara entre “quem é quem”.

Assim, também se conclui que há a necessidade de que a cidade mantenha e aprofunde a política municipal de relações internacionais. Surge aqui, a sugestão de adotar uma política de internacionalização, semelhante à adotada pela Prefeitura de Belo Horizonte, porém contextualizada para a realidade econômica da capital pernambucana. Também chega-se à conclusão que devido às características econômicas da Cidade do Recife, há uma enorme potencialidade a ser explorada pelo governo municipal, através das políticas de relações internacionais municipais, contribuindo assim, para que a cidade ocupe o lugar de destaque que lhe é de direito na economia pernambucana, nordestina e brasileira. Entende-se ao fim desse trabalho que uma política de internacionalização, a ser promovida na cidade, tem justificativa baseada nos princípios econômicos vigentes, e também um precedente importante na cidade de Belo Horizonte, que dá à administração pública o subsídio necessário para saber como implementar tais ações.

Também chega-se à conclusão que devido a sua história, Recife não poderia ter a mesma autonomia para as Relações Internacionais que as regiões autônomas européias ou chinesas. Apesar de termos em nossa história uma lista de revoltas e reviravoltas, hoje nos reconhecemos como parte do Brasil e não há uma necessidade social por um reconhecimento de nação, como nos casos das regiões autônomas espanholas, dos reinos britânicos “devolvidos” ou das Regiões Administrativas Especiais da China. Apesar de semelhanças pontuais, tais como a administração estrangeira por um período, como as regiões da China, especificidades culturais regionais e movimentos de independência ao longo da história. Porém isso não inviabiliza que a cidade, visto a autonomia própria de um município, membro da federação brasileira (não apenas uma divisão administrativa) e reclamada no atual contexto federativo brasileiro, mantenha relações exteriores,

com anuência do governo federal, para atender suas necessidades locais, através de cooperação, ação em rede e promoção comercial.

É importante ressaltar nessas considerações, que apesar da ausência de marco jurídico para as relações internacionais descentralizadas, essa atuação internacional encontra respaldo na estrutura do Palácio do Planalto, do Itamaraty, através de suas estruturas voltadas às Relações Federativas e através das estruturas municipalistas brasileiras e internacionais, que reconhecem e promovem essas relações.

Por fim, apesar de ser um tema novo, ficou claro ao longo do texto a necessidade de estudar mais o tema, que já recebe várias denominações, apesar da ainda pequena bibliografia sobre o tema. O que não falta, para um estudante interessado em estudar o tema são documentos e informações online sobre as relações internacionais subnacionais, seja com essa denominação, ou com qualquer outra com o mesmo propósito.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFONSO, Ruy B.; SILVA, Pedro Luiz Barros (org.). *A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- ALMEIDA-MEDEIROS, Marcelo de. "O Mercosul e a União Européia: Uma Abordagem Comparada do Processo de Formação de Instituições". *Contexto Internacional*, vol. 18, n. 1, 1996.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.
- ALMEIDA, Wilson. *Mercosul: Efeitos da integração assimétrica*. Goiânia: Editora e Espaço de Cultura Brasileira, 2003.
- ANANIAS, Patrus. Josué, um brasileiro. Fundação Perseu Abramo, Artigos e Boletins, 2008. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/josue-um-brasileiro>>, acessado em 15 de novembro de 2011
- BARRETO, Ângela Maria Maranhão. *O Recife através dos tempos: Formação da sua paisagem*. Recife: Fundarpe, 1994.
- BARRETO, Maria Inês. (2001), *Gestão estratégica do poder Executivo do estado de São Paulo frente ao processo de integração regional do Mercosul*. Tese de doutorado, São Paulo, EAESP-FGV (mimeo.).
- BRASIL. Constituição Brasileira. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11ª Edição. Brasília: Editora UNB, 1998.
- BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. (2002), "A diplomacia federativa". Brasília, Ministério das Relações Exteriores (mimeo.).
- BOWIE, Robert & FRIEDRICH, Carl. *Études sur le fédéralisme*. V.1. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1960.
- BURGESS, M. & GAGNON, A. (ed). *Comparative Federalism and Federation* Toronto: University of Toronto Press, 1993.
- CALVOCORESSI, Peter. Política Mundial a partir de 1945. 9ª Edição. Porto Alegre: Penso, 2011.
- CAMARGO, Aspásia. *A federação acorrentada*. Rio de Janeiro: FGV/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1993.
- CASSIOLATO, J. E & LASTRES, Helena, *Globalização & Inovação localizada: experiência de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: MCT-IBICT, 1999, 17p.
- CASTELLS, M; BORJA, J. As cidades como atores políticos. In: Novos Estudos CEBRAP – Dossiê Cidades, n. 45, julho, 1996.
- CASTELLS, M. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Josué. Visões do Recife. In: O Recife: quatro séculos de sua paisagem. (Org.). MAIOR, M. Souto et al Recife: FUNDAJ/Massangana/PCR, 1992. p. 253-260

CASTRO, Josué. Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Brasil, 1948.

CERVO, Amado L. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, v.1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2002, p. 5-35.

CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 46, v. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2003, p. 22.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Inovações tecnológicas e cadeias produtivas selecionadas: Oportunidades de negócios para o município de Recife (PE). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

CLARK, Ian. *Globalization and Fragmentation. International Relations in the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

CORNAGO PRIETO, José, “O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental”, em VIGEVANI, Tullo y otros (Org.), A dimensão subnacional e as relações internacionais, São Paulo, EDUC/UNSP/EDUSC/FAPEST, 2004.

DESSOTI, Fabiana Rita. Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local. 5ème colloque de l'IFBAE – Grenoble, 18 e 19 maio 2009.

DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

EMPETUR. Pesquisa do perfil do turismo receptivo do Recife em 2010. Recife: 2011

FARIAS, Déborah Barros Leal. *Federalismo e Relações Internacionais*, 2000. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

FELDMAN, Elliot J; FELDMAN, Lily Gardner. (1990), “Canada”, in H. J. Michelmann e P. Soldatos, *Federalism and international relations: the role of subnational units*, Nova York, Oxford University Press.

FIORI, José Luiz. O Federalismo diante do Desafio da Globalização. In: *A Federação em Perspectiva: Ensaios selecionados*. São Paulo: Fundap/Unesp (Série Federalismo no Brasil), 1995.

FOSSAS, E.; REQUEJO, F. (ed.). *Asimetría Federal Y Estado PLURINACIONAL. El debate sobre la acomodación de la diversidad en Canadá, Bélgica y España*. Madrid: Trotta, 1999.

FREIRE, Ana Maria Araujo. Paulo Freire: uma história de vida. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

GLOSSOP, Ronald J. *World Federation? A Critical Analysis of Federal World Government*. Jefferson (NC): McFarland & Company, Inc. 1993.

GOROSITO, Mayki y TEDESCHI CANO, Gabriela, "Mercociudades: doce años de militancia", *Diálogo. Revista de la Secretaría Ejecutiva de Mercociudades*, nº 24, 2007.

GRANATO, Leonardo; ODDONE, Nahuel. La cooperación internacional de las ciudades en un contexto de integración regional. Herramientas para el desarrollo. *Revista Versus Acadêmica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

HIRAKUTA, Célio; SARTI, Fernando. Investimento externo direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente.

HOCKING, Brian. *Localizing Foreign Policy: Non-central Governments and Multilayered Diplomacy*. NY: Saint Martin's Press, 1993.

KINCAID, John. (1990), "Constituent diplomacy in federal politics and the Nation-state: conflict and cooperation", in H. J. Michelmann e P. Soldatos, *Federalism and international relations: the role of subnational units*, Nova York, Oxford University Press.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia Interacional*. 8ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KUGELMAS, Eduardo; BRANCO, Marcello Simão. (2004), "Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo", in L. E. W. Wanderley e T. Vigevani (orgs.), *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*, São Paulo, Educ/Editora da Unesp/Fapesp, pp. 161-188.

LIMA JR, Antonio José Medina. Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. Dissertação. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/2005/Antonio_Jose_Medina_Lima_Junior.pdf>

LIMA, Manuel de Oliveira. Pernambuco : seu desenvolvimento histórico. Recife: Editora Massangana, 1997.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. A cidade autoconstruída. Tese de doutorado. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MAGNOLI, Demétrio; SERAPIÃO JR, Carlos. *Comércio Exterior e Negociações Internacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia – Tradução da 5ª Edição Norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MARIANO, Karina; MARIANO, Marcelo. Uma interpretação do conceito de estado subnacional à luz das teorias de relações internacionais, Segundo Relatório Parcial para a FAPESP, São Paulo, FUNDAP-PUC-SP/CEDEC, 2001.

MARIANO, Marcelo Passini & BARRETO, Maria Inês. (2004), “Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul”, in T. Vigevani, L. E. Wanderley, M. I. Barreto e M. P. Mariano (orgs.), *A dimensão subnacional e as relações internacionais*, São Paulo, Editora da PUC/Editora da Unesp/ Cedec/Fapesp, pp. 21-48.

MELLO, Valerie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. Maio de 1999.

MEDEIROS, Roberto Carvalho de. África e Oriente Médio, da primavera direto para o outono político. In: Revista do Clube Naval nº 358, Ano 119. Pág, 22 à 25.

MICHELMANN, Hans J; SOLDATOS, Panayotis (org). *Federalism and International Relations – the Role of the Subnational Units*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MINERVINI, Nicola. O Exportador: Ferramentas para atuar com sucesso no mercado internacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

MITRA, S. K. (org.) *Subnational Movements in South Asia*. Boulder (Colorado): Westview Press, 1966.

MOURA DANIEL, Marco César (conselheiro). (2002), “O Itamaraty e os governos subnacionais”, in T. Vigevani e L. E. Wanderley, *Entre o local e o global: governos subnacionais e sociedade civil na integração regional*, São Paulo, Cedec/PUC-SP, Cadernos Cedec, 71 (edição especial).

PARAÍSO, Rostand. Academia Pernambucana de Letras. Sua história. Recife: APL, 2006.

PERREN, Joaquín; CANO, Gabriela Tedeschi. El Mercosur desde los gobiernos locales. Una aproximación a la historia de la Red de Mercociudades. Buenos Aires: 2009.

PRAZERES, Tatiana. *Federalismo e Relações Internacionais – a atuação dos Estados brasileiros no âmbito externo*, 2000. Dissertação – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

PERNAMBUCO. Plano de Preservação dos Sítios Históricos. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1978. Recife em Números. PCR, 1998.

RECIFE. Plano de Preservação dos Sítios Históricos. Prefeitura da Cidade do Recife, 1981.

RECIFE. Relatório das atividades da Coordenadoria de Relações Internacionais. Coordenadoria de Relações Internacionais, Secretaria Especial de Gestão e Planejamento, Prefeitura da Cidade do Recife, 2011.

REQUEJO, Ferrán. Cultural Pluralism, Nationalism and Federalism. A Revision of Democratic Citizenship. in: Plurinational States. *European Journal of Political Research*, 35,2, 1999, p. 255-286.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *Política externa federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *Relações Internacionais Federativas no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio exterior e federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Política Internacional; 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. (ed). *Foreign Policy and Political Regime*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI); 2003.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 5ª edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SETTE, Mário. *Terra Pernambucana*. 10ª Edição. Coleção Recife. Vol.XV. Recife: Companhia Editora de Pernambuco CEPE, 1981.

SOLDATOS, Panayotis. Na Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: *Federalism and International Relations: the role of subnational units*. Ed: Hans MICHELMANN e Panayotis SOLDATOS. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 34-53.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Formação do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

TUSSIE, Diana & PAGLIERI, Beatriz. (2004), "La política comercial en un contexto de federalismo: el caso de Argentina". Buenos Aires, Cari/BID/Intal.

UNCTAD. *Transnational Corporations and World Development*. London: International Thomson Business Press, 1996.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S; LIMA, Miguel; SILBER, Simão. (orgs) *Gestão de Negócios Internacionais*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

VAZQUEZ, José Lopes. *Comércio Exterior Brasileiro*. 9ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VIANA FILHO, Luiz. Rui & Nabuco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 21 Nº. 62. Rio de Janeiro, 2006.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês & MARIANO, Marcelo Passini (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, Editora da PUC/Editora da Unesp/Cedec/Fapesp, 2004.

VILLON, Victor. O Mundo Português que Gilberto Freyre Criou, seguido de Diálogos com Edson Nery da Fonseca. Rio de Janeiro, Vermelho Marinho, 2010.

WENDT, Alexander. "Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics". *International Organization*, 46 (2), 1992.